



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS

LAUANNY CÁSSIA VALENTIM DE SOUZA

ECOFEMINISMO E AGROECOLOGIA: UM ESTUDO DE
EMPREENDEDORISMO SOCIAL NO VALE DO JURUÁ

CRUZEIRO DO SUL
2024

LAUANNY CÁSSIA VALENTIM DE SOUZA

ECOFEMINISMO E AGROECOLOGIA: UM ESTUDO DE EMPREENDEDORISMO
SOCIAL NO VALE DO JURUÁ

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade Federal do Acre Campus Floresta para obtenção do título de Mestre em Ciências Ambientais.

Orientador: Prof. Dr. Kleber Andolfato de Oliveira

CRUZEIRO DO SUL
2024

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da UFAC

S729e Souza, Lauanny Cássia Valentim de, 1989 -
Ecofeminismo e agroecologia: um estudo de
empreendedorismo social no vale do Juruá / Lauanny Cássia
Valentim de Souza; orientador: Prof. Dr. Kleber Andolfato de
Oliveira. – 2024.
75 f. : il.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Acre,
Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais. Cruzeiro do
Sul, 2024.

Inclui referências bibliográficas e anexos.

1. Ecofeminismo. 2. Empreendedorismo social. 3.
Desenvolvimento sustentável. I. Oliveira, Kleber Andolfato de,
(orientador). II. Título.

CDD: 363.7

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS

FOLHA DE APROVAÇÃO

Ecofeminismo e Agroecologia: Um Estudo de Empreendedorismo Social no Vale do Juruá

Lauanny Cássia Valentim de Souza

Dissertação aprovada em 15 de março de 2024, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Ciências Ambientais no Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade Federal do Acre – Campus Floresta, pela Banca Examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof(a) Dr(a) Kleber Andolfato de Oliveira – UFAC – Orientador(a)
Prof(a) Dr(a) Kelly Nascimento Leite – UFAC – membro
Prof(a) Dr(a) Arthur Felipe Murta Rocha Soares – PUC SP – membro
Prof(a) Dr(a) Iléna Felipe Barros – UFRN – membro

AGRADECIMENTOS

Agradeço de coração a minha querida família, João Víctor Almeida Fernandes e Ana Luz Valentim Fernandes, por serem a fonte inesgotável de amor, paciência e compreensão ao longo deste desafiador processo de mestrado. Sua presença constante e apoio incondicional foram a âncora que me sustentou nos momentos de ausência e dedicação intensa.

À minha mãe, Rosemary Valentim Marra, e aos meus queridos sogros, Glória Inês Jouayed e Francisco Wilton Nunes Fernandes, expresso minha gratidão pela demonstração contínua de orgulho e pela força que me proporcionaram a cada etapa vencida. Suas palavras de incentivo foram essenciais em meio às dificuldades.

Aos colegas de turma do Mestrado em Ciências Ambientais 2022.1, agradeço sinceramente por todo conhecimento compartilhado e pelo apoio constante. Juntos, enfrentamos desafios, trocamos experiências e construímos uma rede de apoio valiosa, fundamentais para o enriquecimento desta jornada acadêmica. Cada um de vocês contribuiu significativamente para o meu crescimento.

Agradeço também ao meu orientador, Prof. Dr. Kleber Andolfato de Oliveira, que aceitou me acompanhar no meio desta jornada acadêmica. Agradeço por sua paciência, dedicação e valiosas contribuições, que foram essenciais para o sucesso desta pesquisa. Sua presença enriqueceu não apenas o conteúdo deste trabalho, mas também a minha formação como pesquisadora.

Este trabalho é fruto não apenas do meu esforço, mas de um conjunto de pessoas extraordinárias que iluminaram meu caminho. A todos, minha eterna gratidão.

RESUMO

Este estudo visa analisar a intersecção entre ecofeminismo e agroecologia como estratégia para o empreendedorismo social no Vale do Juruá, com foco nas mulheres produtoras de chocolate do ramal 12, no Projeto de Assentamento Santa Luzia em Cruzeiro do Sul/AC, que empregam técnicas agroecológicas. Buscamos identificar desafios e potencialidades do empreendedorismo social sob a perspectiva ecofeminista, enfatizando a valorização do trabalho feminino, diversidade biológica, cultural e social, e sustentabilidade ambiental para promover justiça social e desenvolvimento sustentável. Caracterizamos as mulheres envolvidas, explorando como o ecofeminismo impulsiona o empreendedorismo social, identificando desafios como falta de apoio técnico, dificuldade de acesso a mercados e desvalorização da mão de obra feminina. Examinamos a articulação entre ecofeminismo e agroecologia como estratégia eficaz, avaliamos o impacto do empreendedorismo no empoderamento das mulheres e identificamos políticas públicas e iniciativas privadas para fortalecer a autonomia e renda das mulheres agricultoras familiares, preenchendo possíveis lacunas de informação. Este estudo contribui para a igualdade de gênero, justiça social e sustentabilidade no Vale do Juruá, promovendo uma abordagem integrada entre ecofeminismo, agroecologia e empreendedorismo social. A pesquisa foi desenvolvida através de levantamentos bibliográficos e de uma abordagem qualitativa com foco em análise documental e entrevistas semiestruturadas. As informações coletadas foram tabuladas e analisadas de forma sistemática, permitindo a identificação de padrões, tendências e insights relevantes relacionados ao tema estudado.

Palavras-chave: Ecofeminismo. Agroecologia. Empreendedorismo Social. Mulheres Agricultoras. Desenvolvimento Sustentável. Justiça Social.

ABSTRACT

This study aims to analyze the intersection between ecofeminism and agroecology as a strategy for social entrepreneurship in the Juruá Valley, focusing on women chocolate producers from branch 12, in the Santa Luzia Settlement Project in Cruzeiro do Sul/AC, who employ agroecological techniques. We seek to identify challenges and potential of social entrepreneurship from an ecofeminist perspective, emphasizing the appreciation of female work, biological, cultural and social diversity, and environmental sustainability to promote social justice and sustainable development. We characterize the women involved, exploring how ecofeminism drives social entrepreneurship, identifying challenges such as lack of technical support, difficulty accessing markets and devaluation of female labor. We examine the articulation between ecofeminism and agroecology as an effective strategy, evaluate the impact of entrepreneurship on women's empowerment and identify public policies and private initiatives to strengthen the autonomy and income of women family farmers, filling possible information gaps. This study contributes to gender equality, social justice and sustainability in the Juruá Valley, promoting an integrated approach between ecofeminism, agroecology and social entrepreneurship. The research was developed through bibliographical surveys and a qualitative approach focusing on document analysis and semi-structured interviews. The information collected was tabulated and analyzed systematically, allowing the identification of patterns, trends and relevant insights related to the topic studied.

Keywords: Ecofeminism. Agroecology. Social Entrepreneurship. Women Farmers. Sustainable Development. Social Justice.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Modelo de empreendedorismo social	25
Figura 2 - Localização da área do Assentamento Santa Luzia	29
Figura 3 - Estabelecimentos classificados como agricultura familiar	30
Figura 4 - Estabelecimentos com produtor do sexo feminino	30
Figura 5 - Culturas mais produzidas no Estado	31
Figura 6 - Produtores do ramal 12	32

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Diagnóstico Rural Participativo

56

LISTA DE SIGLAS

ANA	Articulação Nacional de Agroecologia
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
BR	Brasil – nesse contexto significa que a rodovia é federal
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
DRP	Diagnóstico Rural Participativo
Eco-92	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
F.O.F.A.	Acrônimo para Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças
GEM	Global Entrepreneurship Monitor
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPI	Instituto Nacional da Propriedade Industrial
PAD	Programa de Assentamento Dirigido
PNRA	Programa Nacional de Reforma Agrária
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFAC	Universidade Federal do Acre

SUMÁRIO

<u>1. INTRODUÇÃO</u>	13
<u>2. OBJETIVOS</u>	16
<u>2.1 OBJETIVO GERAL</u>	16
<u>2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS</u>	16
<u>3. HIPÓTESES</u>	18
<u>4. REFERENCIAL TEÓRICO</u>	20
<u>4.1 CONTEXTO HISTÓRICO</u>	20
<u>4.2 MULHER, AGRICULTURA FAMILIAR E AGROECOLOGIA</u>	23
<u>4.3 EMPREENDEDORISMO SOCIAL</u>	25
<u>5. METODOLOGIA</u>	29
<u>5.1 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO</u>	29
<u>5.2 CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS DA PESQUISA</u>	30
<u>5.2.1 CRITÉRIO DE INCLUSÃO</u>	32
<u>5.2.2 CRITÉRIO DE EXCLUSÃO</u>	33
<u>5.2.3 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS</u>	33
<u>5.2.4 ASPECTOS ÉTICOS</u>	35
<u>5.2.5 RISCOS, PROVIDÊNCIAS E CAUTELAS</u>	36
<u>5.2.6 BENEFÍCIOS</u>	36
<u>5.2.7 FORMA DE ABORDAGEM DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA</u>	37
<u>6. RESULTADOS E DISCUSSÃO</u>	39
<u>6.1 MULHERES AGROECOLÓGICAS: PROMOVENDO A DIVERSIDADE E SUSTENTABILIDADE ATRAVÉS DO EMPREENDEDORISMO SOCIAL E ECOFEMINISMO</u>	39
<u>6.2 IDENTIFICAÇÃO DOS PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS</u>	41
<u>6.2.1 CONQUISTANDO A DIVERSIFICAÇÃO: O DESAFIO INICIAL DAS AGRICULTORAS</u>	43
<u>6.2.2 DESAFIOS TÉCNICOS NA PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UMA ANÁLISE ABRANGENTE</u>	44
<u>6.3</u>	46
<u>6.4 TECENDO SUSTENTABILIDADE: A INTEGRAÇÃO DE ECOFEMINISMO E AGROECOLOGIA NO EMPREENDEDORISMO SOCIAL DO VALE DO JURUÁ</u>	46
<u>6.5 EMPREENDEDORISMO SOCIAL E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA OS PROCESSOS DE EMPODERAMENTO DAS MULHERES PRODUTORAS</u>	48
<u>6.6 EMPREENDEDORISMO SOCIAL NA AGROECOLOGIA: POLÍTICAS PÚBLICAS E INICIATIVAS PRIVADAS LIGADAS AO ACESSO ECONÔMICO</u>	51

<u>6.6.1 PRONAF - PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR</u>	53
<u>6.6.2 PROGRAMA FOMENTO MULHER</u>	55
<u>6.7 DIAGNÓSTICO RURAL PARTICIPATIVO</u>	56
<u>7. CONCLUSÃO</u>	63
<u>REFERÊNCIAS</u>	64
<u>ANEXO A – DIAGNÓSTICO SOCIAL</u>	69
<u>ANEXO B - ENTREVISTA LIDERANÇA FEMININA</u>	72
<u>ANEXO C - DRP (DIAGNÓSTICO RURAL PARTICIPATIVO)</u>	75



“No que se refere à vida,
as mulheres são experts.
Não porque nosso genes
e biologia nos fazem assim.
Mas porque nos deixaram
para cuidar do sustento
da vida”.

Vandana Shiva

*Vandana Shiva é uma renomada ativista ambiental,
autora e defensora dos direitos das mulheres da Índia.*

1. INTRODUÇÃO

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, as mulheres rurais são as que mais vivem em situação de desigualdade social, política e econômica: somente 30% são donas formais de suas terras, 10% conseguem ter acesso a créditos e 5%, a assistência técnica (BOJANIC, 2017). Ainda assim, são as responsáveis por mais da metade da produção de alimentos do mundo e exercem um papel importante na preservação da biodiversidade, garantindo a segurança alimentar, dedicando-se à produção de alimentos saudáveis (BOJANIC, 2017). E por isso, agricultura e alimentação tornam-se questões feministas (BONI, 2012).

Neste trabalho, o ecofeminismo é entendido como uma perspectiva teórica e prática que busca examinar e abordar as interconexões entre a opressão de gênero e a degradação ambiental. É uma filosofia que reconhece que existem paralelos e interações significativas entre a exploração das mulheres e a exploração da natureza, muitas vezes atribuindo ambas a estruturas patriarciais e hierárquicas de poder (ANGELIN, 2014). Na abordagem ecofeminista, a destruição do meio ambiente é frequentemente comparada à exploração das mulheres, ambas consideradas expressões de um paradigma cultural que desvaloriza a natureza e as mulheres.

O ecofeminismo busca promover uma compreensão mais profunda das relações entre gênero, ecologia e justiça social, enfatizando a importância de reconhecer e superar essas formas interligadas de opressão (KUHNEN, 2017). Além disso, no contexto desta pesquisa, o ecofeminismo pode desempenhar um papel na análise das práticas agrícolas sustentáveis das mulheres produtoras de chocolate, considerando o impacto ambiental e as dinâmicas de gênero em suas atividades.

Por isso, não há que se falar somente em desigualdade de gênero, mas também de avanço sustentável relacionado ao progresso econômico e evolução social (ARGUETA, 2020). O ecofeminismo busca de maneira ética uma proposta que deve guiar moralmente nossas relações intra e inter espécies, que são diversas: histórica, empírica, ética e conceitual, por exemplo (ALVES, 2012). Embora todas sejam importantes para evidenciar a necessidade de compreender o que há em comum entre as diferentes formas de dominação, a filosofia ecofeminista tem o gênero como categoria de análise (GOMES *et al.*, 2011).

Neste trabalho, a agroecologia é entendida como uma abordagem holística e sustentável para a agricultura, que integra princípios ecológicos, sociais e econômicos. Vai

além de simples práticas agrícolas e busca promover sistemas alimentares mais resilientes, equitativos e amigáveis ao meio ambiente (SILIPRANDI, 2015). Na perspectiva agroecológica, a ênfase recai na utilização de métodos agrícolas que respeitem os ciclos naturais, promovam a biodiversidade, evitem o uso excessivo de insumos químicos e priorizem práticas que beneficiem tanto os agricultores quanto o meio ambiente (MAGALHÃES, 2017). A agroecologia também enfatiza a importância da participação comunitária, da preservação da cultura local e do fortalecimento da agricultura familiar (VALLE, 2022).

Tendo em vista as transformações sociais promovidas pelo modelo de agricultura convencional baseado no conceito da agroecologia, é que surge a necessidade de implantação da mulher no seio da agricultura familiar, que é resultado do empoderamento social, acesso a informações e de movimentos femininos ambientalistas (GUBERT *et al.*, 2020). A alimentação não é neutra, mas sensível também às questões de gênero (PACHECO, 2002).

O ecofeminismo e a agroecologia são dois campos que se intersectam, pois ambos buscam promover práticas sustentáveis e equitativas em relação ao meio ambiente, agricultura e justiça social. E, economicamente falando, precisamos de políticas públicas organizadas para viabilizar o desenvolvimento, deixando para traz o modelo ocidental de pensamento que relaciona a mulher e a natureza, enquanto relaciona o homem a cultura, sendo a cultura superior a natureza, justificando a exploração de serviços e recursos naturais com uma lógica reducionista (SANTOS *et al.*, 2014). Por isso, considerando que a economia não é autossuficiente e que envolve fatores sociais, políticos e culturais, é importante considerar o viés socioeconômico, buscando perceber aspectos individuais como vínculos sociais e julgamentos morais, compreendendo o comportamento econômico através da transdisciplinaridade.

Por isso, baseado nesse contexto, surgiu o questionamento de como esse processo de transição agroecológica está acontecendo e de que forma ocorre e se desenvolve a relação entre as mulheres e a agroecologia.

Minha jornada com a produção de chocolate artesanal e as práticas agroecológicas está profundamente enraizada nas lições que aprendi com as mulheres fortes que me criaram. Desde jovem, fui testemunha da resiliência e determinação dessas mulheres, que enfrentaram e venceram inúmeros desafios ao longo de suas vidas. Embora minha família não tenha trabalhado especificamente na produção de chocolate ou na agricultura, o espírito de superação e a força dessas mulheres sempre me inspiraram.

Cada dia que estudei e escrevi esta dissertação, sinto que estou honrando o legado das mulheres fortes que me criaram.



“A opressão das mulheres
destruição do meio ambiente r
são acidentais, são interligad
Ambas surgem do mes
paradigma de dominaç
exploração e contro

Maria M

Maria Mies foi uma socióloga alemã, reconhecida internacionalmente pela publicação de livros sobre feminismo, ecofeminismo e ajuda ao desenvolvimento.

2. OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Identificar os desafios e potencialidades do empreendedorismo social a partir da perspectiva do ecofeminismo, destacando a importância da valorização do trabalho das mulheres, da diversidade biológica, cultural e social e da sustentabilidade ambiental. O estudo visa contribuir para a promoção da justiça social, da igualdade de gênero e do desenvolvimento sustentável da região.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a. Compreender e caracterizar as mulheres envolvidas no processo produtivo na comunidade, para explorar como a perspectiva ecofeminista pode ajudar a superar desafios e promover o empreendedorismo social baseado na agroecologia, enfatizando a importância da diversidade biológica, cultural e social;
- b. Identificar os principais desafios enfrentados pelas mulheres agricultoras familiares que utilizam técnicas agroecológicas no Vale do Juruá, como a falta de apoio técnico e financeiro, a dificuldade de acesso aos mercados consumidores e a desvalorização da mão de obra feminina, além de diagnosticar a participação e a organização das mulheres no processo produtivo;
- c. Examinar em que medida a articulação entre ecofeminismo e agroecologia pode ser uma estratégia eficaz para o empreendedorismo social nas comunidades rurais, contribuindo para a promoção da justiça social, da igualdade de gênero e da sustentabilidade ambiental na região do Vale do Juruá;
- d. Avaliar se o empreendedorismo social contribui para os processos de empoderamento das mulheres produtoras;
- e. Identificar e analisar políticas públicas e iniciativas privadas voltadas ao fomento ao empreendedorismo social baseado na agroecologia e no ecofeminismo, a fim de fortalecer a autonomia e a capacidade de geração de renda das mulheres agricultoras familiares da região. Considerando a possibilidade de falta de informação acerca dessas políticas públicas, a análise visa preencher essa lacuna, proporcionando insights para o desenvolvimento de estratégias mais eficazes.



“A justiça ambiental e a justiça de gênero são indissociáveis. Não podemos alcançar uma sem a outra.”

Françoise d'Eaubonne

Françoise d'Eaubonne foi uma importante ecofeminista e escritora francesa.

3. HIPÓTESES

A pesquisa buscou identificar os desafios e potencialidades do empreendedorismo social a partir da perspectiva do ecofeminismo, destacando a importância da valorização do trabalho das mulheres, da diversidade biológica, cultural e social e da sustentabilidade ambiental. O estudo visa contribuir para a promoção da justiça social, da igualdade de gênero e do desenvolvimento sustentável da região.

Portanto, a hipótese desta pesquisa é de que a produção de chocolate se tornou uma alternativa de renda para as mulheres do Projeto de Assentamento Santa Luzia em Cruzeiro do Sul/AC. Ao organizar-se em uma associação, essa atividade tem o potencial de resultar em processos de empoderamento, apesar do baixo apoio social. Embora as informações específicas sobre o ecofeminismo no Acre sejam limitadas, presume-se que as lutas e questões abordadas sejam semelhantes às encontradas em outras regiões do país e do mundo, incluindo a resistência contra a degradação ambiental, a exploração de recursos naturais e a opressão de gênero. Dada a presença significativa de comunidades indígenas e agricultores familiares na região, a hipótese sugere que o ecofeminismo possa estar colaborando com outras correntes políticas e movimentos sociais para promover práticas agrícolas sustentáveis, preservação da biodiversidade e justiça social para as populações locais. Entretanto, enfrentar desigualdades de gênero, agravadas pela dificuldade de inserção no mercado, é uma possibilidade a ser considerada.



“O ecofeminismo nos convida a repensar nossas relações com a natureza e entre os seres humanos, promovendo uma ética de cuidado, respeito e responsabilidade mútua.”

Karen Warren

Karen Warren foi uma filósofa feminista e ecofeminista conhecida por suas contribuições para a teoria feminista e a filosofia ambiental

4. REFERENCIAL TEÓRICO

4.1 CONTEXTO HISTÓRICO

Etimologicamente, a palavra família é oriunda de *famulus*, um termo criado pelos romanos para definir socialmente um grupo de escravos domésticos que pertenciam a um mesmo homem, que detinha poder e o direito de vida e morte sobre sua mulher, seus filhos e seus escravos (AQUINO; CENCI; SOUZA, 2020). Esse contexto que estimulou a humanidade a subdividir a sociedade categorias superiores e inferiores de sociabilidade é incompatível com o nosso momento histórico e exerce uma função antagônica (MAGALHÃES, 2017). Por isso, o ecofeminismo reconhece que o antropoceno é originário do sistema patriarcal, que tem como alvo de suas agressões às mulheres e a natureza, que se correlacionam pelo fato de ambas estarem relacionadas à reprodução da vida (VALLE, 2022).

Para Flores e Trevizan, é nesse contexto que “o patriarcado se exprime com a mesma lógica do poder do patriarcado, opressor e totalitário da agroindústria, atacando os fundamentos da vida, na sua expressão simbólica mais profunda: a fecundidade do ser vivo” (FLORES; TREVIZAN, 2015). Essa relação se dá pelo fato de que em grande parte do planeta as mulheres são responsáveis pelos cuidados com os alimentos, através da sua representatividade na agricultura familiar (SILIPRANDI, EMMA E CINTRÃO, 2011).

Considerando que muitas vezes vivem à margem, com pouco poder para tomada de decisão por opressão do patriarcado, as mulheres passaram a observar e lutar pelo seu lugar de fala para propor alternativas sustentáveis (GARCIA, 2009).

A filosofia ecofeminista, portanto, baseia-se: 1) no feminismo; 2) na ecologia e no ambientalismo; e 3) na filosofia, com sua análise dos sistemas humanos de dominação injustificada, o que a autora chamada de “ismos” de dominação. Considera-se que tal dominação não é justificada, tampouco inevitável. O feminismo, um “ismo” de libertação, refere-se ao uso da análise de sexo/gênero como ponto de partida para criticar os “ismos de dominação”. A ecologia e o ambientalismo, por sua vez, usam insights sobre as interações humano-natureza, em sua teoria e prática. Como filosofia, usa a análise conceitual e a justificação argumentativa. (HENRIQUE; NOGUEIRA, 2017)

Apesar de os primeiros registros de movimentos femininos em prol da sustentabilidade terem surgido em meados dos anos 1960, o de maior notoriedade foi o movimento Chipko, que mobilizou um grupo composto por mulheres para abraçar árvores

como forma de protesto não violento e resistência a ações de madeireiros na Índia, ganhou o Prêmio Nobel pela defesa de seus bosques e sua proclamação de que a naturalidade é indispensável para a supervivência (ALCAÑIZ MOSCARDÓ, 2007).

Em 1974 o termo feminismo ecológico foi utilizado pela primeira vez no ensaio literário “*Le féminisme ou lamort*”, escrito pela francesa Françoise D’Éaubonne (1920-2005). Em sua obra, Françoise sugeriu a criação de um movimento político que colocasse as mulheres à frente de uma revolução ecológica, chamando atenção para o tratamento que a natureza, as mulheres e os animais recebem e suas relações intra e inter-espécies, mostrando sua proximidade (SILIPRANDI, 2000). Nesse mesmo período surgiram as ecovilas, “como alternativas de comunidades nas quais as pessoas se esforçam por levar uma vida em harmonia consigo mesmas, com os outros seres animados e inanimados e com a Terra” (FLORES, B. N.; TREVIZAN, 2015). E esta é a base do ecofeminismo, movimento criado na década de 1970: a busca pela harmonia entre o ser humano e a natureza, em respeito a todas as formas de vida, estimulando a colaboração ao invés da dominação (SILIPRANDI, 2009).

Nos anos 1980, algumas pessoas que apoiavam a vertente ecofeminista passaram a enxergar de uma forma que a filósofa Karen Waren definiu como uma “lente socialmente construída através da qual a pessoa perceba sua realidade”, e através de seu novo entendimento, passaram a perceber a realidade de forma diferente (TRIANA MORENO, 2017). A partir daí, alguns dualismos cujos valores são opostos e hierarquizados (homem *versus* mulher, cultura *versus* natureza, ativo *versus* passivo, por exemplo) passaram a ser questionados fazendo com o que os apoiadores desse movimento revissem os impactos sociais dessas questões, refletindo na desconstrução de preconceitos que influenciaram e fizeram parte de seus princípios e valores desde muito tempo, até aqui (CARVALHAES FIGUEIRA DE OLIVEIRA SILVA; JORDÃO LAPORT, 2019).

Ainda nos anos 1980, a filósofa indiana Vandana Shiva, disseminou o ecofeminismo sem demonizar o homem, para ela, o homem não seria o inimigo (LIMA, 2019), mas sim o capitalismo e o sistema político global focado no progresso, cujos valores distorceram vários conceitos (SHIVA, 2004). O mundo não é formado somente de matéria bruta, é repleto de vários tipos de vida e a correlação entre mulheres e natureza se dá em virtude dos processos biológicos do corpo feminino, que assim como a natureza, são influenciados pelas estações do ano e as fases da lua, por exemplo (BIEHL, 2011). Por isso, essa luta está diretamente ligada a necessidade de se ter um mundo mais sustentável (BIEHL, 2011), uma vez que o impacto atingirá a sociedade de forma desigual, sendo as mulheres - em sua maioria - as mais

prejudicadas, uma vez que tendem a ter menos recursos, costumam ser as responsáveis pela agricultura de subsistência e responsabilizam-se pelos cuidados de seus familiares (BOJANIC, 2017).

No Brasil, a Eco-92 (Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento) levantou essa discussão através do Seminário Internacional sobre Gênero, Desenvolvimento e Meio Ambiente. Nessa edição foi realizado o Planeta Fêmea foi um “espaço de reflexão das mulheres na Eco 92, criado sob a influência das ideias ecofeministas propiciadas por Vandana Shiva, Maria Mies, Carolyn Merchant e redes e organizações sociais” (RODRIGUEZ, 2012). Em 2012 foi realizada a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, denominada Rio+20, que trouxe à tona alguns temas já discutidos anteriormente na Eco-92, acompanhados de reflexões significativas, trazidas por algumas ecofeministas (RODRIGUEZ, 2012). Os novos desafios do feminismo brasileiro estão diretamente ligados a atualização do pensamento feminista, através de sua interação, questionamentos e provocações diante dos impactos ambientais e negativos do atual modelo capitalista (RODRIGUEZ, 2012).

É necessário que a consciência ecológica leve em consideração e preocupe-se com o papel que as mulheres desempenham e com a sua situação de submissão e controle do patriarcado no meio rural (SILIPRANDI, 2000). Para Beth Cardoso, do Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata, do GT Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e da Coordenação Política Ampliada da Marcha das Margaridas, “Sem feminismo não há agroecologia” (ANGOLA, 2015):

Sabemos que são as mulheres que têm a iniciativa pela transição agroecológica. As mulheres têm preocupação com o alimento da família, dos filhos e por isso elas acabam mudando o sistema e mudam todo o sistema da família e da propriedade. E o cerceamento do direito das mulheres acaba também atrasando esse processo de transição agroecológica. [...] Por isso a gente sempre reafirma que Sem Feminismo não há Agroecologia, não tem jeito. Ou a gente olha para as mulheres, cria políticas públicas voltadas para as mulheres, valoriza o trabalho dessas mulheres do campo ou também não é agroecologia. Não é isso pelo menos que a gente prega enquanto agroecologia. Porque agroecologia não é a mudança do pacote convencional para o pacote orgânico, a gente está falando de mudanças nas relações, da forma também de como as pessoas se relacionam com a natureza. E aí não vai ser excluindo as mulheres que vamos mudar.

A filósofa Angela Davis defendeu em seu livro *Mulheres, raça e classe*, que os movimentos femininos, assim como o sexismo, racismo e vários outros ismos tem a mesma origem lógica e por isso acredita-se que o debate teórico e prático do movimento também pode contribuir para a superação de outras opressões, fazendo com que os dualismos sejam rompidos (DAVIS, 2016).

4.2 MULHER, AGRICULTURA FAMILIAR E AGROECOLOGIA

É sabido a importante contribuição das mulheres no desenvolvimento da agricultura desde os tempos remotos, lavrando a terra e se relacionando com ela de forma harmônica de produção e reprodução (SANTOS, 2021):

Ao fazerem crescer os produtos da terra, as mulheres associaram a fecundidade à fertilidade. Os estudiosos concordam em atribuir a invenção da agricultura às mulheres. Como coletoras, elas adquiriram um conhecimento dos vegetais, flores e frutos e puderam aprender, pela experiência direta e pela observação contínua, o processo de semeadura e germinação do mundo natural. Passo seguinte, o reproduziram intencionalmente (SANTOS, 2021).

Ser ecofeminista não significa que as mulheres se importem mais com natureza e à vida do que aos homens, mas é sabido a importante contribuição das mulheres no desenvolvimento da agricultura desde os tempos remotos (MARION; BONA, 2016). Alguns estudiosos atribuem a invenção da agricultura às mulheres, que foram associadas à fertilidade, por fazerem crescer os produtos da terra, através da colheita, adquirindo conhecimento através da experiência e observação contínua do processo de semeadura e germinação dos vegetais, flores e frutos e a partir daí, passaram a reproduzi-los intencionalmente (LOVATTO *et al.*, 2010).

Ao longo do tempo, a agricultura evoluiu de forma lenta: passou pelo processo de seleção de grãos, evolução das ferramentas e outros vários fatores que contribuíram para o seu desenvolvimento (MARION; BONA, 2016). Porém, entre 1900 e 2016 houve um salto gigantesco ocasionado pelos avanços tecnológicos, que auxiliou na melhoria das técnicas e consequentemente na redução do tempo e mão de obra gastos. Buscando suprir cada vez mais as demandas por alimentos e diminuir os danos causados pela chamada “agricultura moderna”, os agricultores familiares passaram a ser mais valorizados e é no seio da agricultura familiar que vemos a participação e influência feminina em maior número (MARION; BONA, 2016).

Nos anos 1990, a agricultura familiar ganhou destaque no Brasil, sendo vista como oportunidade de resolver os problemas sociais, como pobreza e fome, recuperando empregos e redistribuindo renda, garantindo o desenvolvimento sustentável, justiça ambiental e a soberania alimentar (BITTENCOURT, GILSON A.; SABBATO, 2000). Mesmo sendo um processo relativamente novo no Brasil, muitas vezes são as mulheres que iniciam o processo agroecológico, transformando a propriedade em sistemas sustentáveis, que auxiliam na

alimentação das famílias (SILIPRANDI, 2009). Entretanto, como a participação das mulheres ainda é subestimada e vista como “ajuda” por seus companheiros e filhos, é comum que, quando o empreendimento comece a ter resultados positivos, o comando das atividades volte para as mãos dos homens (SILIPRANDI, 2015). O desenvolvimento moral de homens e mulheres pode integrar direitos e responsabilidades com base na descoberta da complementaridade de ambos, através da moralidade baseada nos direitos prioriza a igualdade e a justiça, enquanto a ética da responsabilidade leva em consideração a igualdade e o reconhecimento de diferenças nas necessidades (ROSENDO, 2021)

Emma Siliprandi ao publicar sua tese de doutorado, foi uma das primeiras a chamar atenção para a desigualdade de gênero neste meio e, discutir o fato de que não há análises mais profundas desta problemática ou pesquisas possam gerar intervenções e debates (SILIPRANDI, 2009).

As relações de poder determinam igualmente as condições de participação de homens e mulheres nos espaços de decisão sobre os rumos da sociedade e, portanto, na construção do desenvolvimento rural sustentável. Parece existir um “vazio de análise” entre o nível micro enfocado pelas teorias agroecológicas (o agroecossistema) e o nível macro (as comunidades rurais, os “camponeses”, os “indígenas”, a “agricultura familiar”), um espaço que merece ser analisado, no qual se encontram as pessoas concretas, homens e mulheres que trabalham com a agricultura (SILIPRANDI, 2015).

A agroecologia e a agricultura familiar são propostas complexas, porque requerem mudanças repletas de paradigmas, necessitando de ação, reflexão e transformação (LOURENZANI, 2006). Por isso considera-se que fazem parte do campo científico, com práticas tecnológicas em um movimento social (PETERSEN; KESSLER; CAPORAL, 2009).

Através de lideranças sociais e políticas, as mulheres têm desconstruído e trazido questionamentos acerca de alguns preconceitos enraizados na sociedade, como o fato de que as propostas feministas não tem ligação com os movimentos rurais (THAYER, 2001) ou o fato de as agricultoras serem taxadas como submissas (CASAGRANDE, 1991). Mulheres empoderadas na agricultura familiar estão à frente de movimentos de preservação ambiental e sustentabilidade e aplicam seu conhecimento em suas propriedades (SANTOS, 2020).

A economia não se limita apenas ao que ocorre no domínio mercantil, mediado pelo dinheiro, ela abrange igualmente aspectos não monetários, como as atividades de produção para autoconsumo e as dinâmicas de reciprocidade, troca e doação (JOMALINIS; SARAH MOREIRA, MARCELO ALMEIDA, 2021). Considerando o exposto, podemos analisar se essas agricultoras estão trabalhando em regime de economia familiar, de que forma sua

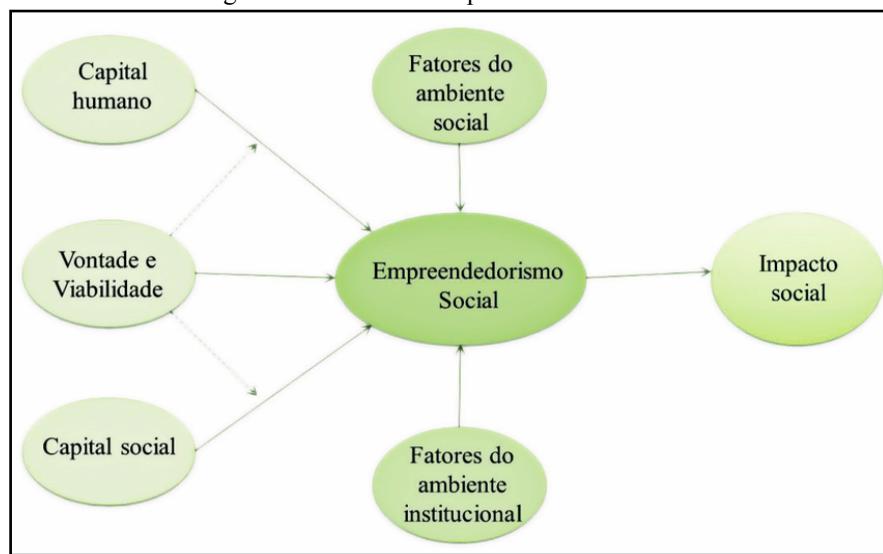
ligação com o meio ambiente está reduzindo os riscos ambientais e quais medidas de sustentabilidade estão sendo tomadas.

4.3 EMPREENDEDORISMO SOCIAL

No Brasil, a lei nº. 11.326, de 24 de julho de 2006, estabelece diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e reconhece as atividades dos agricultores familiares como Empreendimentos Familiares Rurais (QUIJADA; CAVICHIOLI; SOARES, 2020). Por meio do assistencialismo, o Fomento Mulher é uma das modalidades de crédito de instalação fornecido pelo INCRA e tem como objetivo prover recursos de até R\$ 5 mil para projetos produtivos a serem implantados por mulheres titulares de lotes (INCRA, 2021).

Os dois exemplos citados acima demonstram que o Estado busca superar problemas sociais através de políticas públicas para reduzir a pobreza e a exclusão social. Entretanto, os resultados têm mostrado que, apesar dos esforços, ainda há um número significativo de pessoas marginalizadas que estão buscando novas alternativas para se reinserirem no meio social. O empreendedorismo social envolve métodos utilizados pelo mercado para solucionar problemas sociais (MATEUS G. GRIMES, JEFFERY S. MCMULLEN, 2013), sob a perspectiva de que o empreendedorismo não é apenas fonte de lucro, mas também mola propulsora para dirimir desigualdades sociais (MOURATO *et al.*, 2016), buscando uma economia mais justa atrelada a criação de valor social (JIAO, 2011).

Figura 1 - Modelo de empreendedorismo social



Fonte: Jiao (2011)

A área do empreendedorismo social oferece vasto terreno para investigação e estudo sob a lente feminista, já que os empreendedores sociais frequentemente são retratados como protagonistas, visionários, destemidos e resilientes, características tradicionalmente

associadas ao universo masculino (IIZUKA; COSTA, 2022). O Global Entrepreneurship Monitor (GEM) conduziu um estudo em 2015 acerca do empreendedorismo social, revelando que 45% dos empreendedores sociais são mulheres. Na América Latina, a representação feminina em novos empreendimentos atinge 45%, enquanto em empreendimentos já estabelecidos alcança 42%. O relatório de 2016, focado no mercado brasileiro, evidenciou um equilíbrio maior nos empreendimentos iniciantes, com 51,5% de participação feminina, comparado aos empreendimentos consolidados, onde a participação feminina é de 42,7%. Isso sugere que as mulheres estão criando negócios em proporção semelhante aos homens. Entretanto, Muntean e Ozkazanc-Pan (2015) argumentaram que as mulheres empreendedoras foram relegadas à categoria de "empreendedorismo feminino", sendo colocadas em um subcampo ou status de nicho.

Uma pesquisa realizada pelo British Council, em parceria com a NESst Brasil, identificou que o empreendedorismo social segue destacando a liderança de mulheres no cenário mundial (WOODMAN, 2017). Entretanto, no Brasil, a taxa de empreendedorismo social é uma das mais baixas do mundo (4%), o que demonstra claramente cenário desfavorável, a subutilização das mulheres e a necessidade de promover equilíbrio para corrigir a discriminação (WOODMAN, 2017). A pesquisa teve como principais conclusões os seguintes pontos:

- a. Para 75% das mulheres empreendedoras sociais, ter começado o negócio deu a elas um sentimento de autovalorização.
- b. Para 56%, o empreendimento social deixou-as mais capazes de fazer suas próprias escolhas.
- c. As mulheres empreendedoras sociais encontram muitas das mesmas barreiras enfrentadas pelos homens, como impostos e burocracia. Mas há áreas em que as mulheres afirmam ter desvantagens significativas em relação aos homens, de acordo com a pesquisa. São elas: maior demanda de tempo para obrigações domésticas e de família, menor acesso a financiamentos, menor confiança nas suas competências e habilidades, menos modelos femininos para seguir, pressões sociais e familiares, preconceito e discriminação.
- d. Para 62% das mulheres, o gênero teve impacto nas barreiras que enfrentam ao conduzir seus negócios sociais.
- e. A pesquisa encontrou diferenças de perfil entre as empreendedoras sociais formais e as informais. Entre as que estabeleceram negócios formais, 76% tiveram padrão de vida no mínimo confortável na infância, 82% ainda estavam na escola aos 21 anos e

somente 6% são responsáveis pelo principal salário em sua família (contra 76% dos homens empreendedores sociais).

- f. As mulheres de origens mais pobres e com níveis mais baixos de educação são mais envolvidas com o empreendedorismo social informal nas suas comunidades, com remuneração mais baixa.

No que diz respeito ao empreendedorismo social feminino agrícola, “estudos afirmam que as mulheres podem contribuir para manter vivo o território rural e criar estruturas de produção, buscando o desenvolvimento local, a conservação do patrimônio agrícola, consequentemente, a inovação no processo agrícola” (FELISBINO, 2015)

O objetivo é que o vínculo entre o negócio social e o empoderamento feminino agrícola se torne cada vez mais forte, permitindo que as mulheres conquistem sua liberdade e emancipação, em contraponto aos rótulos aplicados pelo paternalismo, que as associam ao trabalho doméstico (DIEGUEZ-CASTRILLON *et al.*, 2012).



“Você precisa agir como se fosse
possível mudar radicalmente o
mundo. E você precisa fazer isso o
tempo todo.”

Angela Davis

Angela Davis é uma renomada ativista pelos direitos civis, acadêmica e autora. Suas contribuições para a luta por justiça social e igualdade são vastas e influentes.

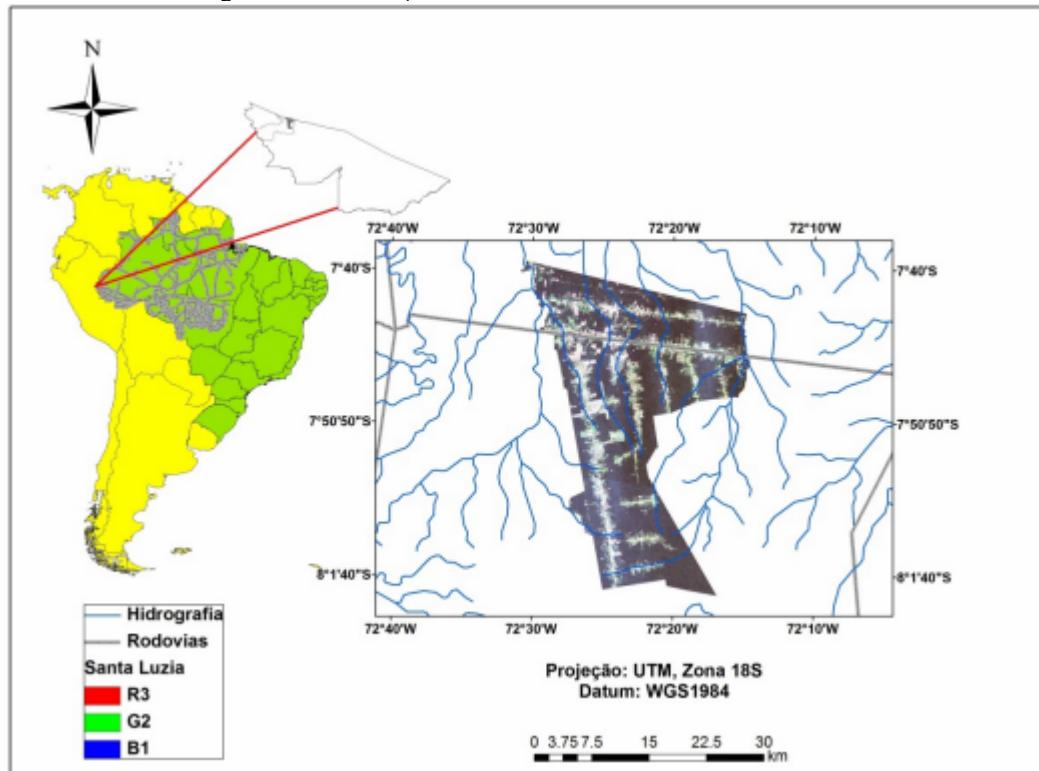
5. METODOLOGIA

5.1 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

O Projeto de Assentamento Santa Luzia é originário da desapropriação de parte do seringal Belo Horizonte, localizado no município de Cruzeiro do Sul – AC, que anteriormente pertencente ao Sr. Deusdete Pereira. Foi criado em 11/07/1980, com uma extensão de aproximadamente 57.219,67 hectares e possui uma população assentada de 893 famílias (LOIOLA *et al.*, 2016).

O município de Cruzeiro do Sul onde está localizado o PAD Santa Luzia encontra-se a 648 km de distância da cidade de Rio Branco, capital do Estado do Acre, mas o acesso rodoviário durante o ano só é possível no período do verão amazônico, tornando deficitárias as relações econômicas com o restante do Estado. Entretanto, a região de Cruzeiro do Sul mantém relações comerciais estreitas com o Estado do Amazonas, que acaba sendo facilitado pelo transporte fluvial (LOIOLA *et al.*, 2016).

Figura 2 - Localização da área do Assentamento Santa Luzia.



(DELGADO *et al.*, 2010)

Segundo o censo realizado pelo IBGE em 2010, o município de Cruzeiro do Sul é o segundo mais populoso do estado e o 33º da região Norte do Brasil, com 78.507 habitantes, tendo 50.04% de sua população do sexo feminino (IBGE, 2010).

Dados levantados pelo Censo Agro realizado pelo IBGE 2017, classificam o estado do Acre como o terceiro em proporção de área ocupada pela agricultura familiar, se comparado com os demais estados brasileiros (IBGE, 2017). Mais de 50% do estado, incluindo a área onde está localizado o município de Cruzeiro do Sul, possui mais de 80% de estabelecimentos classificados como agricultura familiar, tendo de 20 a 25% dos produtores do sexo feminino (IBGE, 2017).

Figura 3 - Estabelecimentos classificados como agricultura familiar.

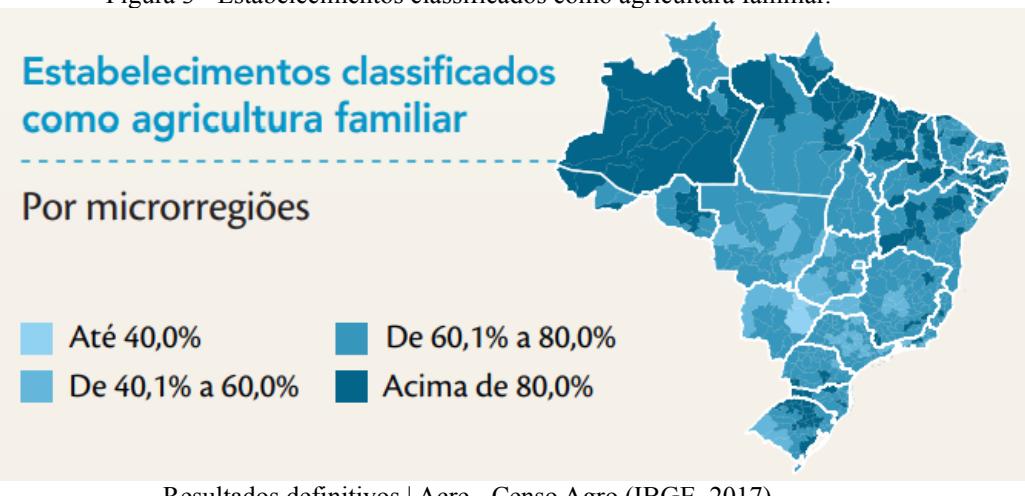


Figura 4 - Estabelecimentos com produtor do sexo feminino.



5.2 CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS DA PESQUISA

Na segunda metade do século XIX, uma primeira onda de colonização do Nordeste chegou ao vale do rio Juruá devido a uma severa seca que assolou vários estados da região

(VAN VELTHEM; KATZ, 2012). Outras migrações ocorreram a partir de 1850, mas estavam voltadas principalmente para atividades extrativas, especialmente a extração de látex. A demanda por borracha aumentou durante a Segunda Guerra Mundial, levando a um fluxo contínuo de migrantes do Nordeste para o Acre até o final da década de 1950 (VAN VELTHEM; KATZ, 2012).

Nos anos 1980, quando o preço da borracha deixou de ser competitivo, os proprietários das áreas de extração começaram a desmatar os seringais para criar pastagens para gado. Os seringueiros resistiram e lutaram pela preservação das terras onde trabalhavam. Alguns seringueiros deixaram as áreas de extração para se estabelecer em novas áreas de colonização agrícola abertas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) ao longo da estrada BR-364 (VAN VELTHEM; KATZ, 2012).

Atualmente pequenos agricultores familiares ainda são responsáveis por grande parte da produção, geração de emprego e renda (CASTRO *et al.*, 2009). Normalmente, a iniciam com a gestão agronômica da menor unidade operacional na agricultura, ou seja, a parcela de terra cultivada (“roça”), visando alcançar a segurança alimentar a curto prazo (VAN VELTHEM; KATZ, 2012). De acordo com dados divulgados pelo IBGE, a mandioca representa o produto agrícola de maior destaque no estado do Acre:

Figura 5 - Culturas mais produzidas no Estado.



Resultados definitivos | Acre - Censo Agro IBGE 2017 (IBGE, 2017)

Desafiando as culturas tradicionais da região, foram alvos deste projeto as mulheres produtoras do Ramal 12, mais especificamente do Projeto de Assentamento Santa Luzia, que

diversificaram a produção local - que normalmente dão continuidade as culturas de mandioca, milho e banana, conforme demonstrado na figura 5 - e passaram a produzir cacau, gerando a oportunidade de produzir chocolate artesanalmente para fortalecer a agricultura familiar.

Figura 6 - Produtores do ramal 12



Fonte: Prefeitura de Cruzeiro do Sul

5.2.1 CRITÉRIO DE INCLUSÃO

Como critério de inclusão, foram consideradas, para participação na pesquisa, mulheres produtoras de chocolate do Ramal 12, mais especificamente do Projeto de Assentamento Santa Luzia, com idade igual ou superior a 18 anos. Após a aprovação do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), as participantes da pesquisa foram contatadas por telefone, utilizando um aplicativo de mensagens devido à falta de sinal para ligações convencionais no ramal. Durante esse contato, as agricultoras receberam informações e esclarecimentos relacionados aos objetivos, riscos e benefícios de sua participação, além de ser solicitado que assinassem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), de acordo com os procedimentos e orientações do Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos da UFAC. As mensagens foram trocadas conforme a disponibilidade de tempo das participantes, garantindo uma comunicação eficaz e adaptada às suas circunstâncias.

5.2.2 CRITÉRIO DE EXCLUSÃO

Como critério de exclusão foram consideradas mulheres que não se encontravam na faixa etária proposta (igual ou superior a 18 anos), mulheres que tenham dificuldade em se comunicar verbalmente, mulheres com deficiência mental, mulheres indígenas, e todas aquelas mulheres que se recusem a participar da pesquisa. Também não foram consideradas as mulheres que deixaram de fazer parte da Associação e que foram embora para outras cidades e/ou estados.

5.2.3 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS

A pesquisa foi desenvolvida através de levantamentos bibliográficos, que segundo GIL “pode ser entendido como um estudo exploratório, posto que tem a finalidade de proporcionar a familiaridade do aluno com a área de estudo no qual está interessado, bem como sua delimitação” (GIL, 2002) e de uma abordagem qualitativa com foco em análise documental e entrevistas semiestruturadas com as mulheres produtoras de chocolate do ramal 12, do Projeto de Assentamento Santa Luzia em Cruzeiro do Sul/AC. Esta última funcionou como uma continuação das atividades, através da análise, categorização e interpretação desses dados, que serviram como base para a elaboração dos resultados desta pesquisa.

A pesquisa se dividiu em 3 etapas. A primeira, através de um Diagnóstico social, através de uma entrevista semiestruturada com as mulheres produtoras do assentamento (Anexo A). A segunda etapa, através de uma entrevista com a ou as lideranças envolvidas na organização do assentamento e associação (Anexo B), que foi elaborado a partir das informações coletadas nas entrevistas da primeira etapa.

O instrumento para a coleta de dados foi realizado seguindo um roteiro de entrevista semiestruturada elaborado pelos pesquisadores cuja construção foi norteada pelas variáveis inerentes da pesquisa. Segundo Bardin (BARDIN, 2011), a entrevista semiestruturada “se desenrola através de um esquema básico, porém não aplicada rigidamente, permitindo que o entrevistador faça as necessárias adaptações”.

O roteiro da entrevista para o diagnóstico social (Anexo A) foi elaborado e adaptado conforme a necessidade de atender as variáveis, que foram: (i) nível de escolaridade: questões que exploraram o grau de escolaridade da mulher e sua formação acadêmica, que foram importantes para avaliar o acesso a informações, a capacidade de interpretação crítica e o potencial de liderança; (ii) renda familiar: questões que exploraram a renda familiar da

mulher, que influencia na sua capacidade de participação em atividades e movimentos ecofeministas, no acesso a serviços e produtos sustentáveis e na sua autonomia financeira; (iii) ocupação profissional: questões que exploraram a ocupação profissional da mulher, sua posição no mercado de trabalho e sua atuação em áreas relacionadas à sustentabilidade ambiental, que influenciam na capacidade de liderança e de contribuição para o movimento ecofeminista; (iv) relação com a natureza: questões que exploraram a relação da mulher com a natureza, como ela se relaciona com o meio ambiente em sua vida cotidiana, as práticas ecológicas adotadas e como ela percebe a importância da sustentabilidade ambiental para a qualidade de vida; (v) participação em atividades e movimentos ecofeministas: questões que exploraram a participação da mulher em atividades e movimentos ecofeministas, como ela se engaja em causas ambientais e feministas e como colabora com outros ativistas para promover mudanças positivas; (vi) conhecimento sobre ecofeminismo: questões que exploraram o conhecimento da mulher sobre o ecofeminismo, sua compreensão sobre a relação entre feminismo e meio ambiente, e como ela se informa sobre questões relacionadas à sustentabilidade ambiental; (vii) acesso a recursos e serviços sustentáveis: questões que exploraram o acesso da mulher a recursos e serviços sustentáveis, como transporte público, alimentação orgânica e produtos reciclados, que são importantes para a promoção de um estilo de vida mais sustentável.

Já o roteiro para a entrevista com a liderança feminina (Anexo B), foi elaborado e adaptado conforme a necessidade de atender as variáveis, que foram: (i) identidade feminina e ambiental: questões que exploraram como as mulheres veem sua relação com o meio ambiente, como elas percebem a interdependência entre a natureza e o gênero, e como elas se identificam como mulheres ecofeministas; (ii) percepções sobre questões ambientais e de gênero: questões que exploraram a compreensão das mulheres sobre questões ambientais e de gênero, incluindo a percepção sobre como essas questões estão interconectadas e como elas afetam as mulheres; (iii) engajamento e ativismo: questões que exploraram o envolvimento das mulheres em atividades e movimentos ambientais e feministas, como elas se envolvem em causas ambientais e feministas, e como elas colaboram com outros ativistas para promover mudanças positivas; (iv) estratégias de empoderamento: questões que exploraram as estratégias que as mulheres ecofeministas utilizam para se empoderar, como elas lidam com barreiras e desafios, e como elas ajudam outras mulheres a se empoderarem; (v) impacto do ecofeminismo: questões que exploraram o impacto do ecofeminismo na vida das mulheres, como o movimento ecofeminista afeta a forma como as mulheres veem a si mesmas e a sua relação com o meio ambiente, e como ele tem contribuído para a promoção da igualdade de

gênero e da sustentabilidade ambiental; (vi) perspectivas sobre o futuro: questões que exploraram as expectativas das mulheres ecofeministas em relação ao futuro, como suas expectativas sobre a evolução da sociedade em relação à igualdade de gênero e à sustentabilidade ambiental, e como planejam continuar a lutar por essas causas.

Para a delimitação do número de entrevistas foi utilizado o critério de “exaustão” ou “saturação”, segundo o qual o pesquisador realizou entrevistas em número suficiente para permitir certa reincidência das informações, garantindo um máximo de diversificação e abrangência para a reconstituição do objeto no conjunto do material, verificando assim a formação de um todo (MINAYO, 2001). As entrevistadas foram orientadas a responder de forma oralizada e gravada.

A terceira etapa da pesquisa foi a aplicação do Diagnóstico Rural Participativo (DRP), com a metodologia “F.O.F.A.” (Anexo C), que permitiu analisar os ambientes internos e externos da associação e sua relação ao ecofeminismo e o empreendedorismo social. Ela trouxe uma análise dos seguintes componentes: Fortalezas, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças. As fortalezas e fraquezas referem-se aos fatores internos, ou seja, sobre os quais pode-se ter mais controle. Já as oportunidades e ameaças dizem respeito aos fatores externos sobre os quais há menor controle (VERDEJO, 2010).

Em razão de sua construção coletiva, essa matriz ajuda a identificar os recursos disponíveis (humanos, ambientais, econômicos e culturais) e os desafios a serem enfrentados, contribuindo muito para a criação do plano de ação. (VERDEJO, 2010).

5.2.4 ASPECTOS ÉTICOS

As participantes abordadas receberam as informações e esclarecimentos relacionados aos objetivos, riscos, benefícios de sua participação e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), de acordo com os procedimentos e orientações do Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos da UFAC.

Em conformidade com a Resolução nº Resolução 466/2012, em que o Conselho Nacional de Saúde define as diretrizes sobre pesquisas que envolvem seres humanos, quanto aos cuidados éticos foi assegurado às participantes a confiabilidade, sigilo e privacidade de sua identidade, utilizando-se pseudônimos de identificação dos sujeitos, para preservação do constrangimento. Além disso, foi assegurada a autonomia de recusar a participação e o direito de abandonar o estudo a qualquer momento.

5.2.5 RISCOS, PROVIDÊNCIAS E CAUTELAS

Em conformidade com a Resolução nº Resolução 466/2012, em que o Conselho Nacional de Saúde define as diretrizes sobre pesquisas que envolvem seres humanos, quanto aos cuidados éticos, foi assegurado às participantes a confiabilidade, sigilo e privacidade de sua identidade, utilizando-se pseudônimos de identificação dos sujeitos, para preservação do constrangimento. Todos os materiais foram arquivados digitalmente e permanecerão arquivados por no mínimo 5 anos, sendo os dados acessíveis apenas à equipe de pesquisa. Além disso, foi assegurada a autonomia de recusar a participação e o direito de abandonar o estudo a qualquer momento.

Não ocorreram danos psicossociais e emocionais, como constrangimento ou mal-estar desencadeados por lembranças decorrentes das reflexões geradas através dos questionamentos. Todas as providências necessárias foram tomadas, como especificar a intenção do questionário e seus objetivos. Não foi necessário garantir o apoio psicológico de um profissional.

As entrevistas foram realizadas em ambiente adequado, respeitando a vontade das entrevistadas quanto ao melhor horário e condições, visando evitar quaisquer riscos físicos decorrentes de posição inadequada, conversação em ambiente insalubre, risco de fatores externos que pudessem ocasionar acidentes, perturbações ou alteração brusca de sua rotina.

Os pesquisadores se comprometeram a respeitar os valores, costumes e práticas culturais, sociais, morais, religiosas e éticas das participantes, bem como comprometeram a tratá-las com atenção e gentileza, independentemente de suas características físicas, gênero, funções desempenhadas, classe social, profissão e demais aspectos da diversidade humana, o que foi seguido fielmente.

5.2.6 BENEFÍCIOS

Além de gerar informações sobre as condições socioeconômicas, esta pesquisa se propôs a constatar e mensurar da participação das mulheres no processo de transição agroecológicas e suas influências, baseado nos relatos e experiências vivenciadas por elas.

Além disso, os resultados da pesquisa, quando divulgados, auxiliarão benefícios diretos a autoestima e empoderamento das participantes, através do diagnóstico da

participação e da organização das mulheres no processo de produção, e da análise das políticas públicas voltadas à agroecologia que impactam as mulheres nesse processo, caracterizada pelos problemas, dificuldades, oportunidades, carências e necessidades da população.

Esta pesquisa gera informações sobre sua importância no meio econômico da sociedade local, tendo em vista que, como benefício indireto, auxilia na quebra paradigmas, contribuindo para a divulgação, propagação e reconhecimento do trabalho realizado pelas produtoras, considerando que este campo ainda é dominado e influenciado principalmente por homens.

5.2.7 FORMA DE ABORDAGEM DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA

Após a aprovação do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), as participantes da pesquisa foram contatadas e o processo da pesquisa foi esclarecido.

O primeiro contato com as agricultoras foi estabelecido por telefone, utilizando um aplicativo de mensagens, uma vez que no ramal 12 não há sinal para ligações convencionais. As mensagens foram trocadas conforme a disponibilidade de tempo das agricultoras, garantindo uma comunicação eficaz e adaptada às suas circunstâncias.

As agricultoras também foram convidadas a participar do estudo por meio de aplicativo de mensagem telefônica. A aplicação do questionário ocorreu presencialmente na cidade de Cruzeiro do Sul/AC, no dia 07/11/2023, de acordo com sua conveniência e localização.



“(...) são mulheres agricultoras lutando por seu direito de serem sujeitos plenos de suas vidas, e contribuindo, à sua maneira, para a transformação do mundo injusto em que vivem.”

Emma Siliprandi

Emma Cademartori Siliprandi é doutora em Desenvolvimento Sustentável, pela UnB (2009). Atualmente é pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação (NEPA) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

6. RESULTADOS E DISCUSSÃO

6.1 MULHERES AGROECOLÓGICAS: PROMOVENDO A DIVERSIDADE E SUSTENTABILIDADE ATRAVÉS DO EMPREENDEDORISMO SOCIAL E ECOFEMINISMO

Desde a infância, muitas meninas que crescem em áreas rurais estão familiarizadas com a rotina de trabalho de seus pais. Na fase adulta, as mulheres que trabalham na agricultura assumem uma série de responsabilidades, muitas vezes associadas a tarefas consideradas menos árduas ou de menor relevância, além das exigências do trabalho doméstico e do cuidado com a família. No contexto rural, a presença de uma mentalidade do patriarcado é evidente de várias maneiras, como na percepção do trabalho feminino como uma mera ajuda ou complemento às atividades mais lucrativas. Consequentemente, a falta de reconhecimento pelo trabalho das mulheres resulta na subvalorização de suas contribuições (IBARRA; PIZZINATO; OLIVEIRA, 2023).

E é justamente por isso que a luta contra a imobilidade social define as mulheres produtoras de chocolate do Ramal 12. Oriundas do interior de Rondônia, trouxeram consigo conhecimento sobre práticas agroecológicas ao migrarem para o Acre. O cultivo do cacau utilizando os fundamentos da agroecologia surge como uma fonte de sustento financeiro, além de proporcionar oportunidades para as mulheres exercerem liderança e fortalecerem sua independência. No entanto, é intrigante notar que, inicialmente, essas mulheres não tinham consciência de que suas práticas agrícolas estavam alinhadas com princípios ecofeministas.

Apesar de já incorporarem métodos sustentáveis em suas produções, a compreensão explícita da interseção entre suas atividades agroecológicas e os princípios ecofeministas só veio a ser percebida ao longo de nossa entrevista, observando a capacidade de alcançar e mobilizar a comunidade, promovendo uma abordagem holística para enfrentar desafios socioambientais e de gênero (CARVAJAL, 2018). Tópicos como nutrição, bem-estar, fontes de renda e cultura, foram abordados, demonstrando claramente que há um esforço para gerar harmonia entre a comunidade e o meio ambiente em que vivem.

Este contexto destaca a importância de reconhecer as práticas tradicionais que naturalmente incorporam as suas, ressaltando a necessidade de uma compreensão mais ampla e consciente dessas interconexões para promover uma agricultura mais sustentável e socialmente justa.

Mesmo já tendo um valioso conhecimento sobre o cultivo de cacau, adquirido anteriormente em seu estado de origem, produzir chocolate não foi o primeiro pensamento em solo acreano, afinal, seria muito mais conveniente apostar em culturas que já estavam sendo produzidas e prosperando na região. Foi somente em 2021, durante a visita de representantes da prefeitura às casas do ramal, na qual foram questionadas sobre suas habilidades, que a fabricação de chocolate foi relembrada. E, a partir desse despertar, um pequeno negócio foi iniciado.

É necessário entender que o conceito de trabalho está evoluindo na percepção geral, sendo associado cada vez mais a sentimentos de conexão, satisfação e autorrealização. O Estado, em seu discurso, busca encontrar formas de preservar os valores de dignidade e cooperação social; entretanto, as pessoas que dependem do assistencialismo acabam se tornando agentes empreendedores e assumindo a sua própria sustentabilidade social (SOUZA *et al.*, 2012).

Negócios inclusivos como este, que somam e impactam positivamente na dignidade das mulheres de baixa renda e suas famílias, levam em conta os direitos humanos fundamentais, como liberdade, segurança, necessidades básicas e autovalorização, os quais são componentes essenciais da dignidade humana (IIZUKA; COSTA, 2022). Além disso, a perspectiva ecofeminista (que era apenas vivida e não nomeada) valoriza a colaboração e o cuidado mútuo, encorajando o desenvolvimento de redes de apoio e solidariedade entre as mulheres agricultoras. Essa solidariedade fortalece a capacidade de enfrentar desafios comuns e promove iniciativas de empreendedorismo social que atendem às suas necessidades específicas, ao mesmo tempo em que respeitam e valorizam suas diversas identidades e culturas.

Ao incorporar princípios ecofeministas ao empreendedorismo social baseado na agroecologia, como neste caso, foi colocado em prática um modelo de negócio inclusivo, que promove a autonomia econômica das mulheres, ao mesmo tempo em que contribui para a preservação do meio ambiente e o fortalecimento da comunidade local. E produzir cacau onde a produção majoritária é de mandioca trouxe benefícios significativos por várias razões:

- a. Primeiramente, a diversificação das culturas agrícolas ajuda a reduzir os riscos associados à dependência de uma única cultura: no segundo semestre de 2023, a Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Sul/AC decretou emergência considerando a infestação da lagarta mandarová, que afetou as plantações de mandioca em mais de mil fazendas no município. Isso significa que intensificar o cultivo de cacau e investir na produção de chocolate pode

- mitigar os impactos negativos de eventos como pragas, sazonalidade da safra ou flutuações de mercado que afetam uma cultura específica.
- b. O cultivo de cacau, que é uma cultura de maior valor comercial em comparação com a mandioca, pode proporcionar oportunidades de renda mais lucrativas para as agricultoras. Isso pode ajudar a escalar o negócio e melhorar as condições econômicas, proporcionando acesso a recursos financeiros adicionais.
 - c. O cultivo de cacau também traz benefícios ambientais, como a preservação da biodiversidade e a proteção dos ecossistemas locais: o chocolate produzido é completamente natural e feito inteiramente à mão, utilizando apenas leite proveniente das vacas criadas na própria propriedade das produtoras. Além do leite, as variações dos recheios dos chocolates também são produzidas na área, como banana, abacaxi e jerimum.

As batalhas e vitórias em várias esferas, incluindo política, cultura, étnicas, sociais, entre outras, contribuem para desmantelar as narrativas distorcidas impostas pelo sistema capitalista (SOUZA *et al.*, 2012).

O caminho trilhado por essas mulheres é desafiador, pois envolve a resistência a uma cultura enraizada ao longo de séculos, que promove a autoridade e a submissão; é a cultura que idolatra o trabalho como um deus, alienando, explorando e desumanizando; é a cultura que enaltece o vencedor e menospreza o perdedor na corrida desenfreada do capitalismo, onde tudo é válido e cada um deve se salvar por si mesmo. Elas seguem uma trajetória oposta, promovendo a colaboração, a solidariedade, a igualdade e o respeito, mantendo viva a chama da esperança que é fundamental para a construção de um mundo melhor. É essa esperança que as capacita a avançar, a enfrentar os desafios e a deixar sua marca na história (SOUZA *et al.*, 2012).

6.2 IDENTIFICAÇÃO DOS PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS

No início deste projeto, dez mulheres integravam a atividade de produção de chocolate. Entretanto, ao longo do tempo, desafios pessoais e financeiros influenciaram as decisões das participantes. Das dez, apenas uma permanece em solo acreano e as demais, retornaram para seus estados de origem.

Durante a entrevista, a mulher que permaneceu compartilhou sua trajetória, revelando que chegou a ponderar a ideia de desistir. No entanto, atualmente, ela conta com o apoio fundamental da família, incluindo pais, irmã e marido, além de algumas mulheres que residem

no Ramal 12, para dar continuidade à produção de chocolates artesanais. A produção, que chegou a ser exportada para a Europa, quase foi interrompida devido às adversidades enfrentadas pelo grupo. As histórias das mulheres que escolheram retornar ao estado de origem ilustram a complexidade dos desafios enfrentados por empreendedoras locais.

Com a partida das companheiras, houve o rompimento com a cooperativa e o projeto de fabricação do chocolate artesanal seguiu, inicialmente, como uma empreitada pessoal. O cenário de persistência destaca a importância crítica do suporte social para a sustentabilidade dessas iniciativas. Este exemplo ilustra que, mesmo diante de desafios significativos, a produção de chocolates artesanais somente prosperará se seguir respaldada por uma rede sólida de apoio.

Ainda sobre o rompimento com a cooperativa a qual eram cooperadas inicialmente, foram reveladas as disparidades que as mulheres enfrentaram, especialmente porque eram subrepresentadas e subestimadas por uma liderança masculina. Nesse cenário, as mulheres desempenhavam papéis fundamentais na produção, cuidado da terra e na tomada de decisões, mas a falta de reconhecimento e voz era evidente, já que o presidente recebia todos os méritos sem considerar as opiniões das mulheres. Esse cenário corrobora a teoria de que as mulheres frequentemente lideram e iniciam os processos agroecológicos, transformando propriedades em sistemas sustentáveis (SILIPRANDI, 2009) e que à medida que o empreendimento alcança resultados positivos, o controle das atividades passe para as mãos dos homens (SILIPRANDI, 2015).

A região amazônica, berço ancestral do cacau, revela-se um ambiente propício para o seu cultivo, graças à sua diversidade biológica e ao clima característico (MARTINS; MELO, 2021). De acordo com o Ministério da Agricultura e Pecuária e a Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Rural e Irrigação, em 2022 o Brasil se destacou como o sexto maior produtor global de cacau, com uma produção anual que ultrapassou as 200 mil toneladas de amêndoas. Os estados do Pará e da Bahia foram os principais fornecedores de amêndoas de cacau do país, contribuindo com cerca de 96% da produção nacional. Outros estados, como Espírito Santo, Rondônia, Amazonas e Mato Grosso, também contribuíram com uma parcela menor, enquanto estados como Roraima, Amapá, Ceará, Sergipe, Minas Gerais, São Paulo e Tocantins emergiram como produtores, demonstrando crescimento em suas atividades cacaueiras (MAPA, 2022).

Embora o Acre possua um bioma e clima propícios para o cultivo do cacau, é notável que não tenha sido mencionado no levantamento pela falta de investimento na expansão da

cultura. Além disso, o levantamento sobre Produção Agrícola - Lavoura Permanente realizado pelo IBGE em 2022, também não identificou cultivo considerável do cacau no estado, o que sugere uma oportunidade latente e promissora para a região. Essa questão só reitera a importância e a visão empreendedora das agricultoras do Ramal 12, considerando que o cultivo de cacau no Acre pode vir a ser potencializada e uma estratégia vantajosa para as agricultoras locais, proporcionando uma fonte de renda sólida, contribuindo cada vez mais para o desenvolvimento sustentável da região.

Mesmo tendo uma visão empreendedora forte, as agricultoras enfrentam uma série de obstáculos significativos ao cultivar cacau. Estes incluem dificuldades para obter financiamento adequado, acesso limitado a orientação técnica e insumos agrícolas de alto padrão, bem como desafios na comercialização de seus produtos. Para alcançar incentivos e, considerando que as produtoras deixaram de fazer parte da cooperativa, o próximo passo foi se fortalecer através da criação de uma associação, com o objetivo de defender seus interesses e abrir caminhos.

6.2.1 CONQUISTANDO A DIVERSIFICAÇÃO: O DESAFIO INICIAL DAS AGRICULTORAS

O primeiro grande desafio enfrentado foi persuadir as agricultoras naturais da região a diversificarem suas plantações, para que passassem a investir tempo e mão de obra na cultura do cacau e na produção de chocolate. Para alcançar esse objetivo, foi necessário adotar uma abordagem cuidadosa e comprometida. Uma estratégia eficaz adotada pela única representante da produção de chocolate que havia permanecido em solo acreano foi oferecer-se para ensiná-las a estabelecer hortas no modelo mandala agroecológica.

Este modelo traz uma nova perspectiva para a produção agrícola, envolvendo o cultivo de diversas culturas regionais, como hortaliças, legumes, verduras, ervas aromáticas e medicinais, em círculos concêntricos, integrados com plantas e animais (LESSA; SANTOS; SHIMADA, 2021). O objetivo é criar uma horta que seja econômica, ambiental e socialmente viável, fornecendo alimentos para as famílias das agricultoras ao mesmo tempo em que promove a sustentabilidade e a autonomia na produção agrícola.

A iniciativa de implementar as hortas no modelo mandala agroecológica foi essencial para a negociação com as agricultoras do ramal, devido ao fato de que ter uma horta era um

sonho da comunidade. No entanto, as práticas agrícolas atuais, caracterizadas pela falta de diversificação, resultavam em períodos de ociosidade da terra devido à sazonalidade das culturas, deixando meses sem produção e, consequentemente, sem geração de renda.

Essa realidade impacta diretamente a estabilidade financeira das famílias. Além disso, a diversificação das culturas através das hortas também desempenhará um papel crucial na segurança alimentar das comunidades do ramal, garantindo um acesso contínuo e variado a alimentos frescos e nutritivos ao longo do ano.

6.2.2 DESAFIOS TÉCNICOS NA PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UMA ANÁLISE ABRANGENTE

A busca pelo desenvolvimento sustentável enfrenta uma série de desafios técnicos que demandam análises detalhadas e soluções inovadoras. Neste tópico, exploraremos esses desafios de forma abrangente, examinando as complexidades e as interações entre diferentes aspectos técnicos que impactam diretamente a promoção do desenvolvimento do negócio.

- a. **Ausência de rótulo:** até pouco tempo atrás, a embalagem dos chocolates não possuía minimamente a descrição do sabor do recheio, o que impactava negativamente a experiência do consumidor. Atualmente, mesmo possuindo a descrição do recheio, alguns outros pontos ainda necessitam de melhoria, pois impactam significativamente em diversos aspectos do processo de comercialização e consumo. Primeiramente, a falta de identificação clara do produto pode resultar em uma perda de confiança por parte dos consumidores, que tendem a hesitar em adquirir um produto sem informações essenciais, como ingredientes, data de validade e informações nutricionais. Além disso, a ausência de um rótulo padronizado e profissional dificulta a diferenciação do produto no mercado, tornando-o menos competitivo em relação a outras marcas estabelecidas. Isso pode limitar as oportunidades de crescimento e expansão para as agricultoras, que já enfrentam dificuldades em atrair novos clientes e estabelecer parcerias comerciais sólidas. Além disso, a falta de um rótulo adequado também representa um desafio em termos de conformidade regulatória, já que os produtos alimentícios são obrigados a fornecer informações claras e precisas aos consumidores, de acordo com as normas de segurança alimentar.
- b. **Falta de registro da marca:** acarreta uma série de riscos e desafios no ambiente comercial. Segundo o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI),

primeiramente, é necessário verificar a existência de marcas semelhantes ou idênticas já registradas ou em processo de registro no órgão. Essa pesquisa é fundamental para garantir que a marca desejada não infrinja os direitos de propriedade intelectual de terceiros e para evitar possíveis litígios legais no futuro. Outro ponto a se considerar é que, caso não haja marcas semelhantes já registradas, a ausência de registro oficial da marca torna o produto vulnerável à usurpação por parte de terceiros, que podem utilizar o nome ou características semelhantes para comercializar produtos concorrentes. Esse fator influencia diretamente na diluição da identidade da marca, confundindo os consumidores e comprometendo a reputação e a integridade do produto original. Além disso, sem o registro da marca, as agricultoras podem enfrentar dificuldades legais ao proteger seus direitos de propriedade intelectual, o que poderia limitar sua capacidade de expandir o negócio ou explorar novos mercados. Ademais, a falta de registro da marca pode prejudicar a capacidade das agricultoras de estabelecer parcerias comerciais sólidas e acessar programas de apoio ou incentivos governamentais, que muitas vezes requerem a comprovação da titularidade da marca.

- c. **Parcerias com profissionais especializados:** essa lacuna demonstra a necessidade de estabelecer parcerias estratégicas com profissionais especializados, como engenheiros de alimentos, que possam oferecer expertise na elaboração e aplicação de rótulos em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) para rotulagem. A colaboração não apenas atenderá aos requisitos normativos, mas também agregará valor ao produto, reforçando a confiança do consumidor e abrindo novas oportunidades no mercado.
- d. **Sabor marcante:** Devido à escassez de compradores e à falta de acesso a mercados locais que valorizem a qualidade do chocolate produzido, as produtoras enfrentam uma situação desafiadora. Embora o sabor marcante e a qualidade superior do chocolate 100% natural com alto teor de cacau possam cativar um público específico, a falta de demanda e reconhecimento no mercado local dificulta a comercialização do produto. Essa realidade torna-se ainda mais complexa quando consideramos que a produção artesanal e de alta qualidade muitas vezes envolve custos mais elevados, o que pode reduzir a competitividade do chocolate em relação a opções mais acessíveis. Assim, as produtoras enfrentam o desafio adicional de encontrar estratégias eficazes para promover e comercializar seu produto, buscando alcançar um equilíbrio entre a preservação da qualidade e a acessibilidade para os consumidores locais.

e. **Conectividade:** A falta de conectividade, tanto em termos de sinal de celular quanto de acesso à internet, representa um grande desafio para as agricultoras familiares. Durante a aplicação de questionários, uma entrevistada expressou surpresa ao admitir que jamais imaginou sentir falta de internet. Essa lacuna tecnológica é evidente nas áreas rurais, onde as agricultoras muitas vezes precisam se deslocar até a entrada do ramal para obter sinal suficiente para realizar ligações ou acessar a internet. Esse cenário apresenta diversos desafios comerciais, especialmente no que diz respeito à comunicação e ao acesso a informações relevantes para suas atividades agrícolas. Por exemplo, a falta de comunicação pode dificultar a coordenação com os compradores, o que pode resultar em atrasos nas entregas ou perda de oportunidades de vendas. Além disso, a ausência de acesso à internet impede o aproveitamento de ferramentas digitais e plataformas de comercialização online, limitando as oportunidades de expandir os canais de venda e alcançar novos mercados. Assim, a falta de conectividade não apenas afeta a qualidade de vida das agricultoras, mas também representa um obstáculo significativo para o desenvolvimento econômico e comercial de suas atividades agrícolas. Essas questões podem resultar em um sentido de isolamento que abrange várias áreas da vida, afetando negativamente tanto o bem-estar pessoal quanto as oportunidades de desenvolvimento e crescimento econômico.

6.3 EMPODERAMENTO

O reconhecimento do empoderamento de grupos minoritários está vinculado à articulação, ao autoconhecimento e à autovalorização que esses grupos desenvolvem (SANTOS, 2018). Esse processo é crucial para que esses indivíduos adquiram maior confiança e assertividade na defesa de seus direitos. Além disso, a formação de redes de apoio e a participação em movimentos sociais contribuem para o fortalecimento das suas vozes e demandas. Com maior visibilidade e representação, os grupos minoritários conseguem influenciar políticas públicas e promover mudanças significativas na sociedade, garantindo uma inclusão mais justa e equitativa.

Além disso, com o acesso aos recursos públicos, as mulheres passam a lidar com questões burocráticas que tradicionalmente eram responsabilidade de seus maridos ou pais (SPANEVELLO; MATTE; BOSCARDIN, 2016). Isso representa novas oportunidades e

fortalece seu empoderamento, proporcionando-lhes maior autonomia e capacidade de tomar decisões importantes por si mesmas.

6.4 TECENDO SUSTENTABILIDADE: A INTEGRAÇÃO DE ECOFEMINISMO E AGROECOLOGIA NO EMPREENDEDORISMO SOCIAL DO VALE DO JURUÁ

Sustentabilidade refere-se à habilidade de um sistema humano, natural ou combinado, de resistir ou se adaptar a mudanças internas ou externas por um período indefinido. Além disso, envolve um processo intencional de mudança e melhoria que preserva ou aumenta essa capacidade do sistema, respondendo às necessidades da população atual (SARTORI; LATRÔNICO; CAMPOS, 2014).

Todas as mulheres fazem parte de uma linhagem ancestral de indivíduos que se transformaram em faróis brilhantes na escuridão, iluminando seus próprios caminhos e os passos dos demais. Essas mulheres alcançaram tal feito através da resolução de não desistir, da sua insistência em seguir em frente apesar dos obstáculos, da estratégia de aguardar até que a oportunidade se apresentasse, da habilidade em adaptar-se às circunstâncias como a água se molda às mínimas aberturas, ou ainda, da sua determinação serena em avançar, colocando um pé após o outro até alcançar seus objetivos (ESTÉS, 2007).

A agroecologia representa um modelo, caracterizado por interações renovadas, e este é um processo desafiador e contínuo para os núcleos familiares. A inclusão feminina enriquece, e fortalece as estruturas organizacionais. Por isso, é importante potencializar e direcionar as diversas facetas e competências das mulheres, sejam elas mães, parceiras, ativistas, líderes, para promover a sua participação. Isso começa por romper com a tradicional divisão de responsabilidades no campo e a desvalorização das atividades consideradas femininas.

A abordagem ecofeminista destaca a interconexão entre práticas agrícolas sustentáveis, liderança feminina e a busca por igualdade de gênero. A colaboração na associação do ramal, a diversificação das atividades agrícolas e a busca por parcerias estratégicas refletem uma visão empreendedora que vai além do cultivo de cacau, incluindo a produção de alimentos e a busca por novas oportunidades no mercado. Além disso, observa-se que o objetivo não é apenas perseverar através de empreitadas individuais, mas também coletivamente, formando-se uma associação. Essa colaboração reflete a capacidade de adaptabilidade, que, ao se integrar a uma nova estrutura organizacional, busca fortalecer ainda

mais as iniciativas, consolidando uma abordagem coletiva para o desenvolvimento sustentável da comunidade.

As mulheres demonstram uma aptidão notável para adaptação e abraçam novos desafios com uma abordagem única. Ao fazer escolhas, consideram uma variedade de aspectos, desde o bem-estar de suas equipes até os resultados positivos que determinadas medidas podem proporcionar (MILTERSTEINER *et al.*, 2020). Destacar a habilidade de se ajustar a diferentes cenários é crucial, independentemente da esfera em questão e, por isso, o fato de a associação ter nomeado uma presidente marcou uma mudança significativa: estão sendo desenvolvidos múltiplos projetos simultaneamente, demonstrando uma confiança renovada em suas capacidades.

Dar voz às mulheres, permitindo-lhes participar ativamente nas decisões e expressar suas opiniões traz não apenas uma visão mais ampla, mas também uma maior confiança de que os projetos, podem alcançar o sucesso. Os dois projetos principais - de produção de chocolate e horta comunitária estilo mandala -, destacam-se por sua abordagem sustentável, refletindo não apenas na preservação do meio ambiente, mas também na diversidade das culturas.

Acredita-se ainda que devido à localização da plantação em um ecossistema com uma diversidade biológica significativa, tal biodiversidade pode funcionar como uma barreira ecológica contra pragas (DA FONSECA *et al.*, 2017), considerando que o cultivo do cacau no Ramal 12 é realizado em área cabruca, ou seja, em uma região onde o cacaueiro é cultivado sob a sombra das árvores da floresta nativa (SAMBUICHI, 2006).

Dessa forma é possível demonstrar como as práticas agrícolas sustentáveis da associação estão intrinsecamente ligadas à resiliência e à preservação ambiental. A liderança feminina está pavimentando o caminho para uma comunidade mais igualitária e sustentável, onde as mulheres têm não apenas um lugar de fala, mas também merecem reconhecimento pelo seu papel na produção de alimentos e têm o potencial de converter essa função em fonte de renda para a comunidade, através de suas contribuições significativas.

6.5 EMPREENDEDORISMO SOCIAL E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA OS PROCESSOS DE EMPODERAMENTO DAS MULHERES PRODUTORAS

A participação das mulheres engajadas nesse movimento tem viabilizado a introdução de novas abordagens que promovem uma postura mais dinâmica e independente (IBARRA; PIZZINATO; OLIVEIRA, 2023), ao mesmo tempo em que revelam a complexidade dos

desafios enfrentados e destacam a importância de abordagens sustentáveis e do empoderamento feminino.

A exclusão social reconhece a presença de indivíduos e grupos vulneráveis que enfrentam privações significativas e são marginalizados socialmente devido a preconceitos, discriminação e estigmas, todos eles fenômenos dinâmicos e construídos pela sociedade (IIZUKA; COSTA, 2022). Dependendo do nível de exclusão social, surge uma espécie de segregação social, onde se percebe o outro como um "não semelhante", ou seja, como alguém que está "fora", e não simplesmente à margem (IIZUKA; COSTA, 2022). A falta de reconhecimento e apoio às mulheres, especialmente em cooperativas lideradas por homens, ressalta as desigualdades de gênero presentes em contextos agrícolas. A transição da líder para uma empreitada pessoal após romper com a cooperativa destaca sua resiliência e a importância do apoio social na sustentabilidade dessas iniciativas.

Seu sonho vai além da produção artesanal de chocolates; ela almeja estabelecer uma pequena fábrica capaz de proporcionar o sustento exclusivo de sua casa. Consciente dos desafios inerentes ao empreendedorismo, ela demonstra uma notável determinação ao enfrentar cada obstáculo ao longo de sua jornada até aqui. Seu espírito empreendedor é evidente, destacando-se pela resiliência diante das adversidades que marcaram sua trajetória.

A inspiração para superar os desafios muitas vezes encontra espaço na busca por conhecimento e referências externas. Ao assistir programas de televisão, como "Pequenas Empresas, Grandes Negócios", a líder reflete não apenas sobre seus próprios desafios, mas também sobre o que impulsiona o sucesso de empreendimentos similares. Essa introspecção a leva a considerar estratégias para alavancar seu negócio, identificando as áreas que necessitam de aprimoramento e investimento.

O empoderamento feminino, na visão da líder, está intrinsecamente ligado ao controle sobre a própria vida e ao fortalecimento da autoestima. Sentir-se forte, capaz e reconhecer o próprio valor são elementos fundamentais desse processo. Contudo, ela também é consciente de que o patriarcado representa um desafio significativo para as mulheres que buscam posições de poder. Como líder, seu papel transcende as fronteiras do seu próprio sucesso, estendendo-se para ajudar outras mulheres a identificar e superar as barreiras que as impedem de alcançar seu potencial máximo.

A criação de espaços de diálogo e colaboração entre mulheres reflete não apenas a busca por igualdade de gênero, mas também a interseção com questões ambientais. O movimento ecofeminista emerge como uma ferramenta poderosa para fortalecer a rede de

mulheres empoderadas. Ao unir forças, essas mulheres podem compartilhar experiências, insights e estratégias para superar desafios comuns, incluindo o enfrentamento do patriarcado e a promoção de lideranças femininas na área ambiental. A criação dessa rede mais forte e unida não apenas fomenta o empoderamento individual, mas também impulsiona a capacidade coletiva de abordar questões complexas.

Ao unir mulheres em torno de objetivos comuns, o movimento ecofeminista destaca-se como uma força que vai além das fronteiras individuais, promovendo a colaboração, a resiliência e o fortalecimento de toda a comunidade. Nesse contexto, a líder desempenha um papel fundamental ao catalisar a criação e sustentação desses espaços de diálogo, contribuindo para uma mudança sistêmica que transcende as limitações impostas pelo patriarcado.

Acredita-se que o empoderamento pode ser promovido ao fornecer conhecimentos específicos que atendam às necessidades fundamentais da comunidade e isso permite que ele, em uma fase posterior, seja capaz de iniciar sua própria jornada de transformação social e desenvolvimento (DO CARMO *et al.*, 2016). A busca pelo empoderamento das mulheres na liderança da associação não se limita apenas a uma conquista de posições de destaque, mas também a uma luta por reconhecimento e voz. Há uma conscientização de que, para se tornarem protagonistas da história, as mulheres precisam ser mais ouvidas e compreendidas em relação à importância de suas contribuições. O desafio reside na necessidade de estabelecer uma conexão mais profunda com seus próprios lugares e serem reconhecidas como agentes de mudanças e transformações locais. Além de buscar igualdade financeira, o empoderamento para essas mulheres também é compreendido como a capacidade de impactar positivamente suas famílias e comunidades. Ter a oportunidade de adquirir conhecimento, ter voz ativa em decisões que afetam suas vidas e ter acesso a políticas públicas que podem oferecer suporte prático, como maquinários agrícolas, são aspectos fundamentais desse processo.

É a partir daí que a associação passa a ser uma fonte de segurança e realização, embora os membros reconheçam a necessidade de diversificar suas fontes de renda. A visão ecofeminista, mesmo sem se denominar dessa forma, orienta seus objetivos, destacando a importância da agroecologia como base para o empreendedorismo social. Acreditando na interconexão entre a diversidade biológica, cultural e social, as produtoras cuidam não apenas de si mesmas, mas também de sua comunidade.

O principal propósito de sua líder é alcançar a independência financeira, e, de maneira igualmente crucial, capacitar outras mulheres para que alcancem esse mesmo patamar. Para

concretizar essa missão, ela planeja introduzir a prática de horta mandala entre as mulheres residentes no ramal 12, desmistificando barreiras relacionadas à fronteira entre seus estados de origem e atual, e proporcionando a realização do sonho de muitas delas. Ao agregar o sonho da horta, a associação cresce e passa a ser composta por 25 famílias: embora muitas dessas mulheres almejam atuar na horta, nunca tiveram a oportunidade.

O desejo de unir os projetos de produção de chocolate e de horta, busca diversificar as fontes de renda. Essa integração não apenas oferece uma oportunidade estratégica em caso de adversidades, mas também representa uma iniciativa para promover a autonomia econômica das mulheres, consolidando uma visão empreendedora e sustentável para a associação.

Já existe a compreensão de que a horta não só servirá para a manutenção da própria casa, mas também representa uma valiosa oportunidade de geração de renda para as famílias no ramal 12. Embora a produção de mandioca seja uma tradição cultural no Acre, a líder busca fazer a diferença no ramal, diversificando as atividades agrícolas. Consciente de que as mulheres da comunidade já participam da feira local, oferecendo produtos como tapioca e outros derivados de mandioca, trabalhar com somente uma cultura pode ser perigoso: recentemente, uma praga comprometeu significativamente a cultura da mandioca na região, afetando diretamente a fonte de renda das famílias.

Além da produção de cacau, já há discussão para a plantação de arroz, café e feijão. No entanto, os desafios financeiros e a falta de conhecimento técnico impactam as produtoras, dificultando a expansão dessas culturas. A líder reconhece a importância de superar esses obstáculos para garantir a sustentabilidade econômica e a segurança alimentar das famílias no ramal, e sua visão empreendedora visa não apenas à diversificação das fontes de renda, mas também à capacitação das mulheres para enfrentar os desafios presentes na agricultura local.

6.6 EMPREENDEDORISMO SOCIAL NA AGROECOLOGIA: POLÍTICAS PÚBLICAS E INICIATIVAS PRIVADAS LIGADAS AO ACESSO ECONÔMICO

Ao observar às iniciativas privadas voltadas para o desenvolvimento das agricultoras, é comum identificar que o SEBRAE e o SENAR promovem cursos especializados ministrados por especialistas. Esses programas visam capacitar as mulheres rurais, fornecendo-lhes habilidades e conhecimentos necessários para melhorar suas atividades agrícolas e empresariais.

Embora essas iniciativas sejam importantes para o empoderamento e o desenvolvimento das agricultoras, é importante notar que muitas vezes elas ocorrem em parceria com o governo estadual. Isso sugere uma dependência significativa das iniciativas privadas – ou de economia mista - em relação ao apoio governamental, o que pode limitar a sua sustentabilidade a longo prazo, por questões políticas. Assim, é crucial explorar e incentivar iniciativas privadas independentes que possam oferecer suporte às agricultoras sem que haja dependência exclusiva do apoio governamental.

Os cursos profissionalizantes oferecidos estão intrinsecamente ligados ao conceito de empreendedorismo social. Ao capacitar as agricultoras com habilidades práticas e conhecimentos empresariais, esses cursos não apenas promovem a autonomia financeira, mas também estimulam a criação de negócios sustentáveis e a geração de renda nas comunidades rurais. Essa abordagem fortalece não apenas as capacidades individuais das mulheres, mas também contribui para o desenvolvimento econômico e social das áreas rurais.

Por outro lado, as políticas públicas muitas vezes estão mais vinculadas a programas assistenciais que visam oferecer ajuda direta e imediata às agricultoras, sem necessariamente capacitá-las para uma autossuficiência a longo prazo. Embora essas políticas possam ser importantes para fornecer apoio imediato em momentos de necessidade, é fundamental equilibrar essas abordagens com investimentos em educação e capacitação que promovam a independência e o crescimento sustentável das mulheres rurais.

No que diz respeito as políticas públicas, é de extrema importância a participação do governo federal e demais instâncias governamentais na integração da perspectiva de gênero na política. É necessário reconhecer e lidar com as disparidades entre homens e mulheres dentro do contexto das estratégias políticas administrativas. Outro ponto a se considerar é que as estratégias governamentais para fomentar o empreendedorismo precisam ser ajustadas conforme as condições econômicas e sociais específicas de cada região, de forma a corresponder às aspirações de progresso e avanço desejadas (BEZERRA *et al.*, 2014).

Ao caracterizar o cenário socioeconômico por meio de um diagnóstico social, foi observado que as mulheres envolvidas na fabricação de chocolate do Ramal 12 tiveram uma trajetória marcada por muitos desafios. Apesar de possuírem casa própria – este fato se dá pelo PAD, Projetos de Assentamento Dirigido -, a renda familiar não ultrapassa um salário-mínimo, mesmo considerando a contribuição de seus cônjuges para o sustento da família, somando-se ainda os benefícios provenientes de programas governamentais, como o Bolsa Família. Diante dessa realidade, reconhece-se que o ganho atual não é suficiente para garantir

uma qualidade de vida digna para as famílias, evidenciando a complexidade das questões sociais que as permeiam.

É notável que as produtoras do ramal não estejam plenamente informadas sobre as políticas públicas que poderiam beneficiá-las. A falta de conhecimento acerca de apoio governamental para concessão de crédito e aquisição de maquinários, destaca a importância da divulgação e conscientização. Mas será que é de interesse do governo a disseminação da informação para os pequenos?

É a partir daí que a associação surge como uma ponte crucial para conectar a comunidade a esses recursos e oportunidades, desmistificando a ideia de que a comunidade do ramal depende exclusivamente da boa-fé de terceiros. O processo de empoderamento, que também é uma questão política, vai além das fronteiras financeiras e tangíveis. Envolve também capacitar as mulheres e a comunidade em geral, fornecendo as ferramentas necessárias para se tornarem participantes ativos no desenvolvimento local. O reconhecimento do seu papel como agentes de mudança e a conscientização sobre as oportunidades disponíveis são passos essenciais para uma transformação significativa na dinâmica social e econômica do ramal.

Outro ponto importante é que o uso de terras de assentamento como garantia para financiamentos pode ser limitado por diversos fatores. Os programas de assentamento muitas vezes têm objetivos sociais e econômicos amplos, como reduzir a desigualdade, promover o desenvolvimento rural e melhorar as condições de vida dos assentados, entretanto, mesmo que as diretrizes governamentais propostas tenham como objetivo principal a integração desses indivíduos ao meio rural, há deficiência em concluir o procedimento essencial, que consiste na concessão do título de propriedade aos assentados.

Quando o questionário desta pesquisa foi aplicado, a líder da associação estava em processo de solicitação de financiamento para dar andamento a construção de uma pequena fábrica para otimizar o processo de produção do chocolate e para investir na horta comunitária do ramal. Mas processos burocráticos que envolvem questões relacionadas ao título da terra criaram entraves naquele momento. Além desse fator, o uso das terras como garantia em um financiamento pode ser considerado de maior risco para os credores, especialmente se os beneficiários enfrentarem desafios econômicos ou sociais, tornando os empréstimos garantidos por essas terras menos atraentes para instituições financeiras, que preferem ativos mais líquidos e estáveis como garantia.

Por isso, a dificuldade de acesso ao crédito limita a capacidade das agricultoras de investir em suas atividades, adotar práticas agrícolas mais eficientes e diversificar suas operações. A postura adotada pelos bancos ao favorecer crédito apenas atividades convencionais resulta na escassez de diversificação nas práticas agrícolas, restringindo, assim, as oportunidades de investimento para as mulheres no setor (SILVA; PONCIANO; SOUZA, 2021). Isso, por sua vez, dificulta o aumento da produção, impacta a geração de renda e a melhoria das condições de vida. Para superar esse desafio, é importante que o governo e as instituições financeiras considerem políticas e práticas que incentivem o acesso ao crédito para as agricultoras familiares. Isso pode incluir:

- a. A revisão de regulamentações que limitam o uso de terras de assentamento como garantia;
- b. O desenvolvimento de programas de crédito específicos para esse grupo e a implementação de medidas que reduzam os riscos percebidos pelos credores ao fornecer financiamento a agricultores familiares;
- c. A promoção de políticas que apoiem a educação financeira e técnica dos agricultores familiares, capacitando-os a gerenciar seus negócios de forma mais eficaz e aumentando sua atratividade como tomadores de crédito.

Esta pode ser uma questão politicamente sensível, refletindo diferentes visões sobre o papel do Estado na promoção da equidade, desenvolvimento rural e crescimento econômico.

6.6.1 PRONAF - PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

A principal política agrícola do Brasil gira em torno do financiamento rural, cuja parcela considerável é destinada para apoio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) (SOUZA; ALBUQUERQUE, 2023). De acordo com o BNDES, que é o responsável pelo crédito do programa, o PRONAF é um “financiamento para custeio e investimentos em implantação, ampliação ou modernização da estrutura de produção, beneficiamento, industrialização e de serviços no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, visando à geração de renda e à melhora do uso da mão de obra familiar”.

Embora o Programa tenha muitos aspectos positivos, como o apoio ao desenvolvimento rural e o fortalecimento da agricultura familiar, também existem alguns pontos que necessitam de atenção:

- a. Burocracia: O processo de acesso aos recursos do PRONAF pode ser burocrático e complexo, o que pode dificultar a participação de alguns agricultores familiares, especialmente aqueles com menos recursos e menor capacidade administrativa;
- b. Limitações de recursos: Os recursos disponíveis no PRONAF podem ser limitados em relação à demanda existente, o que pode resultar em dificuldades para atender a todas as necessidades dos agricultores familiares. O Governo Federal implementou em 2001 uma portaria que estabeleceu cotas específicas de crédito direcionadas às mulheres rurais dentro do Programa: pelo menos 30% dos recursos seriam reservados para as mulheres (SPANEVELLO; MATTE; BOSCARDIN, 2016);
- c. Condições de elegibilidade restritivas: Algumas das condições de elegibilidade estabelecidas pelo programa podem ser restritivas ou difíceis de cumprir para certos grupos de agricultores familiares, excluindo-os do acesso aos benefícios do programa;
- d. Dependência de políticas governamentais: A eficácia do programa pode depender da estabilidade e do compromisso do governo com políticas de apoio à agricultura familiar. Mudanças na administração ou nas prioridades políticas podem afetar a continuidade e a eficácia do programa;
- e. Sustentabilidade a longo prazo: Alguns críticos argumentam que pode não ser sustentável a longo prazo devido à dependência contínua de subsídios governamentais e à falta de incentivos para promover a autonomia financeira dos agricultores familiares.

No Acre, o governo estadual chegou a emitir certificados de elegibilidade para o programa, confirmando a qualificação dos agricultores familiares e com o objetivo auxiliar na obtenção dos benefícios. Mas não é tão simples assim.

Buscando entender a dificuldade narradas pelas produtoras para concessão de crédito, identificamos que a disponibilidade de financiamento para os pequenos agricultores é restrita e desigual (SOUZA; ALBUQUERQUE, 2023) e a destinação de investimentos também se leva em consideração a cultura cultivada. Outro fator relevante é que como estratégia para promover uma maior participação feminina no acesso ao crédito, o Governo Federal implementou em 2001 uma portaria que estabeleceu cotas específicas de crédito direcionadas às mulheres rurais dentro do Programa Nacional de Fortalecimento

da Agricultura Familiar (PRONAF). É importante reconhecer e abordar todos os pontos para melhorar a eficácia e a sustentabilidade do programa.

6.6.2 PROGRAMA FOMENTO MULHER

O Programa Fomento Mulher, que já beneficiou algumas mulheres do ramal, destina-se a prover assistência financeira às mulheres beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), oferecendo recursos monetários para impulsionar suas atividades. Seu objetivo, segundo o INCRA é “Tornar as mulheres protagonistas das suas próprias histórias”. Entretanto, é importante destacar que o auxílio concedido se dá em uma única parcela, no valor de R\$ 5.000,00.

Essa modalidade de pagamento, embora represente um suporte financeiro significativo, suscita possíveis críticas em relação sua à sustentabilidade e eficácia. A concessão em parcela única pode limitar a capacidade de impacto a longo prazo, uma vez que a continuidade do auxílio ao longo do tempo poderia proporcionar um suporte mais consistente às beneficiárias. Além disso, a natureza temporária desse auxílio não atende de maneira abrangente as necessidades persistentes das mulheres envolvidas.

Assim como o PRONAF, o Programa Fomento Mulher também possui pontos para os quais a administração pública precisa estar atenta:

- a. Acesso restrito: O acesso ao programa é limitado para algumas mulheres devido a critérios de elegibilidade específicos ou à falta de informações sobre como participar. No caso das produtoras objeto dessa dissertação, o conhecimento acerca do incentivo se deu pelo fato de as produtoras oriundas de Rondônia terem trazido consigo conhecimento acerca do benefício e terem dividido conhecimento com as produtoras locais;
- b. Burocracia: Assim como em outros programas governamentais, o processo de inscrição e acesso aos recursos do Programa é burocrático e complexo, o que desencoraja algumas mulheres de participar;
- c. Limitação de recursos: Os recursos disponíveis para o Programa Fomento Mulher são limitados em relação à demanda existente, o que acaba causando dificuldades para atender a todas as mulheres interessadas em participar;
- d. Dependência de políticas governamentais: A eficácia do programa depende da estabilidade e do compromisso do governo com políticas de apoio às mulheres rurais.

- Mudanças na administração ou nas prioridades políticas afetam a continuidade e a eficácia do programa;
- e. Sustentabilidade a longo prazo: O Programa Fomento Mulher enfrenta desafios em relação à sustentabilidade a longo prazo, especialmente pela falta de acompanhamento adequado para garantir que as mulheres beneficiadas possam continuar a desenvolver suas atividades produtivas de forma independente após o término do apoio do programa, como é o caso das produtoras do Ramal 12;
 - f. Empoderamento limitado: Embora o programa busque promover o empoderamento econômico das mulheres rurais, ainda existem desafios adicionais relacionados ao empoderamento social e político, como acesso limitado a recursos, capacitação e representação em espaços de tomada de decisão.

6.7 DIAGNÓSTICO RURAL PARTICIPATIVO

Ao realizar um Diagnóstico Rural Participativo, foram observadas as Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças da associação, tornando-se evidente que a trajetória está marcada por uma complexa interconexão entre fatores internos e externos.

Tabela 1 - Diagnóstico Rural Participativo

FORÇAS	OPORTUNIDADES
Conhecimento prático: As mulheres produtoras de chocolate possuem um conhecimento prático e experiência em práticas agroecológicas adquiridas ao longo da vida, proporcionando uma base sólida para suas atividades agrícolas.	Educação e capacitação: Investir em programas de educação financeira e técnica pode capacitar as mulheres para gerir seus negócios de forma mais eficaz e acessar recursos disponíveis.
Potencial Ambiental: A localização da plantação em um ecossistema com alta diversidade biológica pode funcionar como uma barreira ecológica contra pragas, contribuindo para a preservação ambiental.	Diversificação de culturas: Explorar novas atividades econômicas, como a horta mandala, pode diversificar as fontes de renda das mulheres produtoras e aumentar sua resiliência financeira.
Integração de abordagens	Expansão do turismo rural: A

sustentáveis: A adoção de práticas agroecológicas e o foco na diversificação de fontes de renda mostram um compromisso com a sustentabilidade ambiental e econômica.	produção de chocolate artesanal pode atrair turistas interessados em experiências autênticas e sustentáveis, criando oportunidades para o desenvolvimento do turismo rural na região.
Suporte social: Contam com o apoio fundamental da família e de outras mulheres da comunidade, que contribuem para o sucesso e sustentabilidade do negócio.	Acesso a Financiamento e Apoio Técnico: O acesso a financiamento adequado e orientação técnica pode ajudar as agricultoras a superar desafios e expandir suas operações de forma sustentável.
Resiliência e determinação: Apesar dos desafios enfrentados, as mulheres demonstram resiliência e determinação em continuar suas atividades de produção de chocolate, buscando soluções criativas para superar obstáculos.	Parcerias e redes de colaboração: A criação de parcerias e redes de colaboração com outras organizações e empreendedores pode abrir novas oportunidades de negócios, acesso a recursos e apoio parcerias com profissionais especializados, como engenheiros de alimentos, pode melhorar a qualidade e a conformidade dos produtos, agregando valor ao negócio.
Visão Empreendedora: As agricultoras demonstram uma visão empreendedora ao buscar parcerias estratégicas e diversificar suas atividades agrícolas para explorar novas oportunidades de mercado.	Expansão do Mercado: A diversificação das atividades agrícolas e a busca por parcerias estratégicas podem abrir novas oportunidades de mercado para o chocolate artesanal das agricultoras.
Liderança Feminina: A presença de liderança feminina no	Conscientização do Consumidor: A conscientização crescente sobre

<p>empreendimento fortalece as estruturas organizacionais, promovendo a participação das mulheres e contribuindo para a igualdade de gênero.</p>	<p>produtos sustentáveis e artesanais pode aumentar a demanda pelo chocolate produzido pelas agricultoras.</p>
<p>Consciência sobre o empoderamento feminino: A líder reconhece a importância do controle sobre a própria vida e busca capacitar outras mulheres para alcançarem o mesmo objetivo.</p>	<p>Valorização da Marca: O registro oficial da marca do chocolate artesanal pode proteger os direitos de propriedade intelectual e fortalecer a identidade e reputação do produto no mercado.</p>
	<p>Parcerias público-privadas: Explorar parcerias entre instituições governamentais, ONGs e empresas privadas pode aumentar o acesso a recursos, conhecimentos e oportunidades para as mulheres produtoras.</p>
FRAQUEZAS	AMEAÇAS:
<p>Limitações de infraestrutura: A falta de conectividade e acesso a serviços básicos de infraestrutura, como sinal de celular e acesso à internet e estradas adequadas, dificulta o desenvolvimento e expansão das atividades agrícolas e comerciais.</p>	<p>Políticas e regulamentações governamentais: Políticas governamentais desfavoráveis ou regulamentações restritivas podem impactar negativamente as atividades agrícolas e comerciais das mulheres, limitando seu potencial de crescimento e desenvolvimento.</p>
<p>Desafios na comercialização: Enfrentam dificuldades na comercialização de seus produtos, incluindo acesso a mercados e canais de distribuição, bem como competição com produtos de grandes</p>	<p>Instabilidade política: Mudanças na administração governamental ou prioridades políticas podem impactar a continuidade e eficácia de programas de apoio às mulheres produtoras.</p>

empresas.	
Falta de Registro de Marca: A ausência de registro oficial da marca do chocolate artesanal torna o produto vulnerável à usurpação por terceiros e dificulta a proteção dos direitos de propriedade intelectual.	Restrições de acesso a recursos: Barreiras burocráticas e limitações de acesso ao crédito podem dificultar a expansão dos negócios das mulheres produtoras e sua capacidade de investir em práticas agroecológicas.
Desafios na Embalagem e Rotulagem: A falta de rótulo padronizado e profissional pode prejudicar a diferenciação do produto no mercado, comprometendo sua competitividade e conformidade regulatória.	Instabilidade Econômica: A instabilidade econômica e flutuações de mercado podem afetar a demanda e os preços do chocolate artesanal, impactando a rentabilidade das agricultoras.
Falta de Coordenação e Planejamento: A falta de coordenação com os compradores e planejamento estratégico pode resultar em atrasos nas entregas e perda de oportunidades de vendas.	Desafios Regulatórios: A conformidade com as regulamentações governamentais e normas de segurança alimentar pode representar desafios adicionais e custos operacionais.
Falta de conhecimento sobre políticas públicas: A ausência de informação sobre programas de apoio governamental pode limitar as oportunidades de desenvolvimento das mulheres produtoras.	Mudanças climáticas e pragas: Eventos climáticos extremos e surtos de pragas podem afetar negativamente a produção agrícola, gerando instabilidade econômica e ameaçando a segurança alimentar das comunidades rurais.
Limitações de acesso ao crédito: Dificuldades burocráticas e restrições de acesso a políticas públicas e programas de financiamento podem prejudicar o desenvolvimento e a	

expansão dos negócios das mulheres produtoras.	
<p>Dependência de políticas governamentais: A eficácia de programas como o PRONAF e o Programa Fomento Mulher pode ser afetada por mudanças na administração ou prioridades políticas, gerando instabilidade e incerteza para as beneficiárias.</p>	

A análise SWOT das mulheres produtoras de chocolate revela um cenário rico em potencialidades, mas também cheio de desafios. As forças destacam a resiliência, conhecimento prático e visão empreendedora dessas mulheres, que, apoiadas por suas comunidades, adotam práticas agroecológicas e se comprometem com a sustentabilidade. As oportunidades, como educação financeira, diversificação de culturas e turismo rural, oferecem caminhos para fortalecer e expandir suas atividades, promovendo a igualdade de gênero e o empoderamento feminino.

No entanto, as fraquezas, como limitações de infraestrutura e desafios na comercialização, impedem um crescimento mais robusto. A falta de registro de marca e dificuldades na embalagem e rotulagem afetam a competitividade dos produtos. Além disso, as ameaças externas, incluindo políticas governamentais instáveis, mudanças climáticas e restrições de acesso a recursos, podem comprometer o progresso alcançado.

Portanto, é crucial investir em infraestrutura, capacitação e criação de redes de colaboração para mitigar essas fraquezas e ameaças. Ao fortalecer as bases já estabelecidas e explorar novas oportunidades de mercado, essas mulheres podem continuar a desenvolver seus negócios de forma sustentável e inclusiva, beneficiando não apenas suas famílias, mas também suas comunidades e o meio ambiente.



“Pensar sob a perspectiva ecofeminista é entender que somos uma pequena parte do todo e que juntos fortalecemos a vida.”

Lauanny Valentim

Lauanny Valentim é administradora, mestre através do Programa de Ciências Ambientais da Universidade Federal do Acre e autora desta dissertação.

7. CONCLUSÃO

Nesta pesquisa, exploramos a interseção entre ecofeminismo, agroecologia e empreendedorismo social no contexto das mulheres produtoras de chocolate do ramal 12, no Projeto de Assentamento Santa Luzia em Cruzeiro do Sul/AC. Ao longo deste estudo, identificamos diversos desafios enfrentados por essas mulheres, como a falta de apoio técnico, dificuldade de acesso a mercados e a desvalorização da mão de obra feminina. No entanto, também destacamos as potencialidades dessas práticas, incluindo a promoção da igualdade de gênero, justiça social e sustentabilidade ambiental.

A análise revelou que a articulação entre ecofeminismo e agroecologia pode ser uma estratégia eficaz para o empoderamento das mulheres e o desenvolvimento sustentável das comunidades rurais. A valorização do trabalho feminino, a diversidade biológica, cultural e social, e o respeito ao meio ambiente são elementos fundamentais nesse processo. Além disso, o empreendedorismo social surge como uma ferramenta poderosa para transformar essas práticas em fonte de renda e autonomia para as mulheres agricultoras familiares.

Ao examinar o impacto do empreendedorismo no empoderamento das mulheres, constatamos que o fortalecimento da autonomia e da renda dessas mulheres pode contribuir significativamente para a redução da desigualdade de gênero e para o desenvolvimento econômico e social das comunidades rurais. Identificamos também a importância de políticas públicas e iniciativas privadas que apoiem essas mulheres, fornecendo acesso a recursos, capacitação e mercados, preenchendo possíveis lacunas de informação e promovendo um ambiente propício para o crescimento e sucesso de seus empreendimentos.

Portanto, este estudo oferece insights valiosos para promover uma abordagem integrada entre ecofeminismo, agroecologia e empreendedorismo social, contribuindo para a construção de um futuro mais justo, equitativo e sustentável no Vale do Juruá e além.

REFERÊNCIAS

- ALCAÑIZ MOSCARDÓ, M. Aportaciones de las mujeres al discurso y a la práctica de la paz. **Feminismo/s**, n. 9, p. 31–50, 2007.
- ALVES, K. D. Desconstrução de Margulis de um ponto de vista de Popper: reflexões sobre as relações homem-natureza. **Dissertação**, v. 3, n. September, p. 1–47, 2012. Disponível em: <<https://www.repositorio.ufal.br/bitstream/riufal/1223/1/Desconstrucao%20de%20Margulis%20de%20um%20ponto%20de%20vista%20de%20Popper%20reflexoes%20sobre%20as%20relacoes%20homem-natureza.pdf>>.
- ANGELIN, R. Mulheres, ecofeminismo e desenvolvimento sustentável diante das perspectivas de redistribuição e reconhecimento de gênero. **Revista Direito e Política**, v. 9, n. 3, p. 1569–1597, 2014.
- ANGOLA, C. Sem feminismo não há agroecologia. 2015. Disponível em: <<https://agroecologia.org.br/2015/11/16/sem-feminismo-nao-ha-agroecologia/>>.
- AQUINO, A. L. A.; CENCI, D. R.; SOUZA, V. K. de. Ecofeminismo: a Luta Pela Liberdade Da “Mãe – Terra” / Ecofeminism: the Struggle for “Mother Earth’S” Freedom. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 10, p. 82304–82319, 2020.
- ARGUETA, K. ARTIGO : Mulheres , desenvolvimento sustentável e discriminação. 2020.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**Analisis de balances. Interpretación sus estados financieros sin saber de numerosSão Paulo. Edições 70, 2011. Disponível em: <https://br.librosintinta.in/biblioteca/pdf/BcEBCoAgDADAF-m0IKLfvG2SoFOc0ve7e9ca9gA05La1ZCTzuVQx__XJY4qZp97gCPGCcAMqnRhrMXEsjrouoTMhd1dxT1ESI3ByUT84_w,.htm>.
- BEZERRA, É.; SILVA, G.; BORGES, C.; TONDOLO, L. Políticas Públicas de Empreendedorismo no Brasil : Levantamento e Análise. **VIII Encontro de Estudos em Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas - EGEPE**, p. 1–16, 2014.
- BIEHL, J. ECOFEMINISMO A mulher e a natureza : uma mística recorrente. 2011. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/a-mulher-e-a-natureza-uma-mistica-recorrente/>>.
- BOJANIC, A. A importância das mulheres rurais no desenvolvimento sustentável do futuro. 2017. Disponível em: <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:0PtY0aExq-QJ:https://brasil.un.org/pt-br/78617-artigo-importancia-das-mulheres>>.
- BONI, V. De agricultoras a camponesas: o movimento de mulheres camponesas de Santa Catarina e suas práticas. 2012.
- CARVAJAL, J. P. DESCOLONIZAR LAS LUCHAS: LA PROPUESTA DEL FEMINISMOCOMUNITARIO. **Mandrágora**, v. 24, p. 145–160, 2018.
- CARVALHAES FIGUEIRA DE OLIVEIRA SILVA, G.; JORDÃO LAPORT, T. **Machismo: fruto de esquemas desadaptativos**. [s.l: s.n.]v. 10
- CASAGRANDE, J. L. MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO Mulheres Agricultoras em Santa Catarina. 1991. Disponível em: <<https://www.ptonline.com/articles/how-to-get-better-mfi-results>>.
- CASTRO, A. P. de; FRAXE, T. de J. P.; SANTIAGO, J. L.; MATOS, R. B.; PINTO, I. C. Os sistemas agroflorestais como alternativa de sustentabilidade em ecossistemas de várzea no Amazonas. **Acta Amazonica**, v. 39, n. 2, p. 279–288, 2009.
- DA FONSECA, D. A.; BACKES, A. R.; ROSENFIELD, M. F.; OVERBECK, G. E.; MÜLLER, S. C. Avaliação da regeneração natural em área de restauração ecológica e mata ciliar de referência. **Ciencia Florestal**, v. 27, n. 2, p. 521–534, 2017.
- DAVIS, Â. **Mulher, Raça e Classe**. [s.l: s.n.]262 p.

- DELGADO, R. C.; SOUZA, L. P. de; SILVA, I. W. R. da; LIMA, E. de P.; ANDRADE, R. G. MUDANÇA DA PAISAGEM AMAZÔNICA NA ÁREA DO PROJETO DE ASSENTAMENTO DIRIGIDO SANTA LUZIA, EM CRUZEIRO DO SUL, AC. p. 1–5, 2010. Disponível em: <<https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/bitstream/doc/936898/1/Ricardo3.pdf>>.
- DIEGUEZ-CASTRILLON, I.; GUEIMONDE-CANTO, A.; SINDE-CANTORNA, A.; BLANCO-CERRADELO, L. Turismo rural, empreendedorismo e gênero: Um estudo de caso na comunidade autônoma da galiza. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 50, n. 2, p. 371–381, 2012.
- DO CARMO, J. C.; TREVIZAN, S. D. P.; PIRES, M. de M.; DE JESUS JÚNIOR, G.; CAVALCANTE, A. L. Voz da natureza e da mulher na Resex de Canavieiras-Bahia-Brasil: sustentabilidade ambiental e de gênero na perspectiva do ecofeminismo. **Revista Estudos Feministas**, v. 24, n. 1, p. 155–180, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/j/ref/a/nrPjqGgRdZHLzVpCWLMMyKwt/?lang=pt>>. Acesso em: 21 jun. 2022.
- ESTÉS, C. P. **A ciranda das mulheres sábias: Ser jovem enquanto velha, velha enquanto jovem.** [s.l: s.n.]128 p.
- FELISBINO, A. C. EMPREENDEDORISMO FEMININO NAS PEQUENAS PROPRIEDADES RURAIS. **Teaching and Teacher Education**, p. 1–51, 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/01443410.2015.1044943%0Ahttp://dx.doi.org/10.1016/j.sbspro.2010.03.581%0Ahttps://publications.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/2547ebf4-bd21-46e8-88e9-f53c1b3b927f/language-en%0Ahttp://europa.eu/.%0Ahttp://www.leg.st>>.
- FLORES, B. N.; TREVIZAN, S. D. P. **Ecofeminismo e comunidade sustentável**Florianópolis. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/37461/28755>>.
- FLORES, B. N.; TREVIZAN, S. D. P. Ecofeminismo e comunidade sustentável. **Revista Estudos Feministas**, v. 23, n. 1, p. 11–34, 2015.
- GARCIA, L. Ecofeminismo: Múltiplas Versões. **Revista Ártemis**, v. Vol. 10, p. 96 – 118, jun. 2009. Disponível em: <<https://www.proquest.com/openview/3535e13da479e89713555aa70918f459/1?pq-origsite=gscholar&cbl=4708196>>. Acesso em: 21 jun. 2022.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** [s.l: s.n.]v. 93
- GOMES, R.; MURTA, D.; FACCHINI, R.; MENEGHEL, S. N.; SCHRAIBER, L. B.; SERPA, G.; MARIA, R.; PAULO, S.; FONSECA, R. M. G. S. da; MARIA, R.; SERPA, G.; DE ARAÚJO, T. M.; GODINHO, T. M.; DOS REIS, E. J. F. B.; DE ALMEIDA, M. M. G.; DE FÁTIMA ARAÚJO, M.; SCHRAIBER, L. B.; COHEN, D. D.; ALVES, F.; SILVA, P.; ERNESTO, V.; LIMA, B.; MARIA, F.; PAULO, S.; MACHIN, R.; COUTO, M. T.; DA SILVA, G. S. N.; SCHRAIBER, L. B.; GOMES, R.; FIGUEIREDO, W. dos S.; VALENÇA, O. A.; PINHEIRO, T. F.; ANDRADE, C. de J. M.; FONSECA, R. M. G. S. da; BOTTON, A.; CÚNICO, S. D.; STREY, M. N.; SCAVONE, L.; AQUINO, E. M. L.; MARIA, A.; CALDAS, C.; SILVA, R. P. Estudos de gênero: uma sociologia feminista? **Ciencia e Saude Coletiva**, v. 13, n. 3, p. 152–166, 2011.
- GUBERT, F. P. P.; HANZEN, M.; RECALCATTI, J. F.; COLTRE, S. M. Empoderamento feminino na agricultura familiar. **Revista Fitos**, v. 14, p. 23–30, 2020.
- HENRIQUE, R.; NOGUEIRA, P. ECOFEMINISMO: ANÁLISE DA MULHER COMO VETOR DE SUSTENTABILIDADE. **Revista de Género, Sexualidade e Direito Organização**, v. 0226, n. 31, p. 22–42, 2017. Disponível em: <<https://www.indexlaw.org/index.php/revistagsd/article/view/7045/pdf>>.

IBARRA, A. C. R.; PIZZINATO, A.; OLIVEIRA, M. Z. de. MULHERES AGRICULTORAS DO RIO GRANDE DO SUL: SUAS TRAJETÓRIAS NO CONTEXTO DA PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA. **PSICOLOGIA & SOCIEDADE**, p. 1–17, 2023.

IBGE. Censo Agro 2017. 2017. Disponível em:

<https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/pdf/ac.pdf>.

IIZUKA, E. S.; COSTA, H. S. Negócios inclusivos liderados por mulheres empreendedoras: busca por avanços teóricos e empíricos. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 20, n. 4, p. 417–435, 2022. INCRA. Fomento Mulher: autonomia para a beneficiária do campo. p. 4–6, 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/noticias/fomento-mulher-autonomia-para-a-beneficiaria-do-campo>>.

JIAO, H. A conceptual model for social entrepreneurship directed toward social impact on society. **Social Enterprise Journal**, v. 7, n. 2, p. 130–149, 2011.

JOMALINIS, E.; SARAH MOREIRA, MARCELO ALMEIDA, A. B. **Orçamento público e sua relação com as políticas públicas**. São Paulo: Coleção agroecologia e políticas públicas : subsídios para a incidência nos municípios, 2021. 28 p.

KUHNEN, T. A. A CRÍTICA ECOFEMINISTA AO PARADIGMA DO DESENVOLVIMENTO: A NECESSIDADE DE REPENSAR A RELAÇÃO HUMANA COM A NATUREZA Tânia A. Kuhnen 1. p. 1–12, 2017.

LESSA, A. C. V.; SANTOS, R. D. O. B.; SHIMADA, S. D. O. GUIA DE PRODUÇÃO DE UMA HORTA MANDALA AGROECOLÓGICA PARA ESCOLAS SUSTENTÁVEIS.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM REDE NACIONAL PARA O ENSINO DAS CIÊNCIAS AMBIENTAIS, 2021.

LIMA, E. D. G. Desenvolvimento de uma nova ética mundial: caminhos para uma agricultura incluída e inclusiva. **Revista Economia Política Do Desenvolvimento**, v. 8, n. 20, p. 17–29, 2019.

LOIOLA, T. de O.; LIMA, R. da S.; MARIANO, R. S.; SILVA, P. M. da; ROCHA, L. M. de S. A análise do índice de desenvolvimento familiar rural na amazônia : Uma comparação entre os projetos de assentamento Santa luzia e São Pedro em Cruzeiro do Sul / Acre no período de 2006 / 2007 2 . Desenvolvimento e Agricultura Familiar na Amazônia. **Revista Espacios**, v. 37, n. Nº 18, p. 16, 2016. Disponível em:

<<http://www.revistaespacios.com/a16v37n18/16371816.html>>.

LOURENZANI, W. L. CAPACITAÇÃO GERENCIAL DE AGRICULTORES FAMILIARES: UMA PROPOSTA METODOLÓGICA DE EXTENSÃO RURAL. p. 313–322, 2006.

LOVATTO, P.; POSTALI CRUZ, P.; ROGERIO MAUCH, C.; AMARAL BEZERRA, A. Genero, sustentabilidade e desenvolvimento: uma análise sobre o papel da mulher na agricultura familiar de base ecológica. **REDES, Santa Cruz do Sul**, v. 15, n. 2, p. 191–212, 2010.

MAGALHÃES, L. S. Mulher e agroecologia: germinando uma sociedade para além do patriarcado. 2017.

MAPA, M. da A. e P. Cacau do Brasil. p. 12, 2022. Disponível em:

<[https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/ceplac/publicacoes/outras-publicacoes/cacau-do-brasil-versao-portugues#:~:text=Com cerca de 600 mil,mil toneladas de amêndoas%2Fano1.](https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/ceplac/publicacoes/outras-publicacoes/cacau-do-brasil-versao-portugues#:~:text=Com%20cerca%20de%20600,mil%2Cmil%20toneladas%20de%20amêndoas%2Fano1.)>.

MARION, A. A.; BONA, A. N. A importância da mulher na agricultura familiar. 2016.

Disponível em: <<https://publicacresol.cresolinstituto.org.br/wp-content/uploads/old/pesquisa/227.pdf>>.

MARTINS, D. de C.; MELO, A. L. S. A Mercantilização do Fruto de Ixcacao: o Cacau do

Grão-Pará e o Consumo do Chocolate na Europa (Séculos XVII e XVIII). **Locus: Revista de História**, p. 229–251, 2021.

MATEUS G. GRIMES, JEFFERY S. MCMULLEN, T. J. V. L. M. **Estudando as Origens do Empreendedorismo Social – Compaixão e o Papel da Agência Embarcada – Revisão da Academy of Management.pdf** Academy of Management, 2013. Disponível em: <<https://journals.aom.org/doi/abs/10.5465/amr.2012.0429?journalCode=amr>>.

MILTERSTEINER, R. K.; OLIVEIRA, F. B. DE; HRYNIEWICZ, L. G. C.; SANT'ANNA, A. D. S.; MOURA, L. C. Liderança feminina: percepções, reflexões e desafios na administração pública. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 18, n. 2, p. 406–423, 2020.

MINAYO, M. C. S. Ciência, Técnica E Arte: O Desafio Da Pesquisa Social. **Minayo, M.C.S (Org.) Pesquisa Social: teoria,método e criatividade**, p. 80, 2001.

MOURATO, J.; BRITO, P.; ROMÃO, A.; ALVES, J. **Bioenergy, Business and Incubator of Portalegre: Case study**. [s.l: s.n.] 4–12 p.

PACHECO, M. E. L. Agricultura Familiar: sustentabilidade ambiental e igualdade de gênero. **Perspectivas de Gênero: Debates e questões para as ONGs. Recife: GTGênero**.

Plataforma de Contrapartes Novib/SOS CORPO Gênero e Cidadania, p. 138–161, 2002.

PETERSEN, P.; KESSLER, F.; CAPORAL, F. R. **A construção de uma Ciência a serviço do campesinato**. [s.l: s.n.]

QUIJADA, D. W.; CAVICHIOLI, F. A.; SOARES, N. M. Influência Das Políticas Públicas Na Agricultura Familiar. **Revista Interface Tecnológica**, v. 17, n. 1, p. 340–351, 2020.

RODRIGUEZ, G. Eco-feminismo – superando a dicotomia natureza/cultura. 2012.

Disponível em: <<https://www.abong.org.br/final/download/ArtigoEcofeminismo.pdf>>.

ROSENDÓ, D. Sensível ao Cuidado : a Importância da Empatia nas Construções Ecofeministas. 2021. Disponível em: <<https://www.modefica.com.br/sensivel-ao-cuidado-a-importancia-da-empatia-nas-construcoes-ecofeministas/>>.

SAMBUUCHI, R. H. R. Estrutura e dinâmica do componente arbóreo em área de cabruca na região cacaueira do sul da Bahia, Brasil. **Acta Botanica Brasilica**, v. 20, n. 4, p. 943–954, 2006.

SANTOS, C. F. dos; SIQUEIRA, E. S.; ARAÚJO, I. T. de; MAIA, Z. M. G. A agroecologia como perspectiva de sustentabilidade na agricultura familiar. **Ambiente & Sociedade**, v. 17, n. 2, p. 33–52, 2014.

SANTOS, L. M. dos. **As vozes da terra: a luta por reconhecimento e o papel da Declaração Universal das Nações Unidas sobre os direitos camponeses sob ótica da Via Campesina** SÃO PAULO. 2021. Disponível em:

<https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/214774/santos_lm_me_ippri_int.pdf?sequence=3&isAllowed=y>.

SANTOS, S. S. dos. **MULHERES RURAIS EMPODERADAS MEDIANTE USO DA TECNOLOGIA DIGITAL**. v. 2, n. 1, p. 1–12, 2020. Disponível em:

<<http://clik.dva.gov.au/rehabilitation-library/1-introduction-rehabilitation%0Ahttp://www.scirp.org/journal/doi.aspx?DOI=10.4236/as.2017.81005%0Ahttp://www.scirp.org/journal/PaperDownload.aspx?DOI=10.4236/as.2012.34066%0Ahttp://dx.doi.org/10.1016/j.pbi.201>>.

SANTOS, M. P. Para entender o empoderamento. **Revista Estudos Feministas**, v. 28, n. 1, p. 1–4, 2018. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/ref/a/M5KvPKsnyCkHf5F7rQJ83hN/?format=pdf&lang=pt>>.

SARTORI, S.; LATRÔNICO, F.; CAMPOS, L. M. S. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: uma taxonomia no campo da literatura. **Ambiente & Sociedade**, v. 17, n. 1, p. 01–22, 2014.

- SHIVA, V. The future of food: Countering globalisation and recolonisation of Indian agriculture. **Futures**, v. 36, n. 6–7, p. 715–732, 2004.
- SILIPRANDI, EMMA E CINTRÃO, R. **As mulheres agricultoras no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)** Campinas. 2011. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8634675/2594>>.
- SILIPRANDI, E. Ecofeminismo: Contribuições e Limites para a Abordagem de Políticas Ambientais. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, v. 1, n. 1, p. 61–71, 2000. Disponível em: <http://taquari.emater.tche.br/docs/agroeco/revista/n1/11_artigo_ecofemi.pdf>.
- SILIPRANDI, E. Mulheres e Agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar. **Revista Brasileira De Agroecologia**, v. 1, n. 1, p. 291, 2009.
- SILIPRANDI, E. **Mulheres e Agroecologia Transformando o Campo a Florestas e as Pessoas**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2015. v. 4356 p.
- SILVA, A. M. da; PONCIANO, N. J.; SOUZA, P. M. de. PRONAF E EMPODERAMENTO DAS MULHERES RURAIS. UMA ANÁLISE DAS DIMENSÕES ECONÔMICA, SOCIAL E POLÍTICA. **Grifos**, p. 236–256, 2021.
- SOUZA, A. I.; LANGER, A.; BEZ, A. C.; NASCIMENTO, C.; CARNEIRO, G.; RAMOS, L. do R. P.; ADAMS, T. **Escola de Formação Básica Multiplicadora da Economia Popular Solidária – “História Social do Trabalho”** (L. F. Editora). Curitiba. 2012.
- SOUZA, P. Z.; ALBUQUERQUE, A. de. Agricultura Familiar Brasileira: Desigualdades no Acesso ao Crédito. **Climate Policy Initiative**, p. 33, 2023.
- SPANEVELLO, R. M.; MATTE, A.; BOSCARDIN, M. Crédito rural na perspectiva das mulheres trabalhadoras rurais da agricultura familiar: uma análise do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). **Polis (Santiago)**, v. 15, n. 44, p. 393–414, 2016.
- THAYER, M. Feminismo transnacional: re-lendo Joan Scott no sertão. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n. 1, p. 103–130, 2001.
- TRIANA MORENO, D. P. Karen Waren: La Ética Ecofeminista. **Problemata**, v. 8, n. 2, p. 158–168, 2017.
- VALLE, L. de P. “Somos o que comemos!”: Uma reflexão da política de cuidado ecofeminista plasmada na prática da agroecologia. **Liinc em Revista**, v. 18, n. 1, p. e5884, 2022.
- VAN VELTHEM, L. H.; KATZ, E. A “farinha especial”: Fabricação e percepção de um produto da agricultura familiar no vale do rio Juruá, Acre. **Boletimdo Museu Paraense Emilio Goeldi: Ciencias Humanas**, v. 7, n. 2, p. 435–456, 2012.
- VERDEJO, M. E. Diagnóstico rural participativo: guia prático DRP. **Journal of Chemical Information and Modeling**, v. 1, p. 62, 2010.
- WOODMAN, P. O Papel dos negócios sociais no apoio ao empoderamento feminino no Brasil. **British Council**, 2017. Disponível em: <<https://www.ptonline.com/articles/how-to-get-better-mfi-results>>.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS

ANEXO A – DIAGNÓSTICO SOCIAL

Entrevista Nº

Data da Entrevista: ____ / ____ / ____ Data de Nascimento: ____ / ____ / ____

1. Sexo: () Feminino () Masculino

2. Raça: () Branca () Preta () Amarela () Parda () Indígena

3. Escolaridade

() Analfabeto () Sabe ler e escrever
() Ens. Fund. - até 4^a série () Ens. Fund. - 5^a a 8^a série
() Outros _____

4. Total de pessoas da família: _____

5. Quantas pessoas residem na mesma casa:

() 01 pessoa () 02 pessoas () 03 a 06 pessoas () Outros

6. Condições de propriedade da casa:

() Própria () Alugada () Cedida/Emprestada () Outros

7. Renda familiar:

() Menos de 01 salário () 01 salário mínimo
() de 2 a 4 salários mínimos () Acima de 4 salários mínimos
() Outros

8. Quantas pessoas trabalham na casa?

() 01 pessoa () 02 pessoas () Mais de 02 pessoas

9. Na sua casa alguém recebe algum benefício do Governo Federal?

() Bolsa Família () Fomento Mulher () Outro

10. A renda familiar é suficiente para o sustento da família?

() Sim () Não

11. Possui algum parente trabalhando nesta ou noutra cooperativa?

() Sim () Não

12. Você se sente segura trabalhando na cooperativa?

() Sim () Não

13. O trabalho na cooperativa é a sua única fonte de renda?

() Sim () Não

14. Qual é o seu principal objetivo socio financeiro como mulher ecofeminista?

- a) Alcançar a independência financeira
- b) Investir em projetos sustentáveis
- c) Ajudar outras mulheres a alcançar a independência financeira
- d) Todas as alternativas

15. Qual é a sua opinião sobre a relação entre a igualdade de gênero e a sustentabilidade socioeconômica?

- a) A igualdade de gênero é fundamental para alcançar a sustentabilidade socioeconômica.
- b) A igualdade de gênero não está diretamente relacionada à sustentabilidade socioeconômica.
- c) Uma sustentabilidade socioeconômica.

16. Qual é a sua atitude em relação a investimentos responsáveis?

- a) Acredito que investir em projetos sustentáveis é importante para a preservação do meio ambiente.
- b) Não considero os investimentos responsáveis relevantes para a minha vida.
- c) Acredito que a sustentabilidade é importante, mas não estou disposta a fazer investimentos específicos.

17. Como você vê o papel da mulher ecofeminista no desenvolvimento sustentável?

- a) As mulheres ecofeministas são fundamentais para o desenvolvimento sustentável, pois são as principais defensoras do meio ambiente e da igualdade de gênero.
- b) O papel das mulheres ecofeministas é limitado no desenvolvimento sustentável, pois outras áreas têm mais impacto na sustentabilidade socioeconômica.
- c) Acredito que as mulheres ecofeministas podem contribuir para o desenvolvimento sustentável, mas não são fundamentais para alcançá-lo.

18. Como você vê o papel da liderança feminina na promoção da sustentabilidade socioeconômica?

- a) Acredito que as mulheres líderes são fundamentais para a promoção da sustentabilidade socioeconômica, pois elas têm uma visão mais abrangente e inclusiva.
- b) O papel das mulheres líderes é limitado na promoção da sustentabilidade socioeconômica, pois outras áreas têm mais impacto na sustentabilidade.
- c) Acredito que as mulheres líderes podem contribuir para a promoção da sustentabilidade socioeconômica, mas não são fundamentais para alcançá-la.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS

ANEXO B - ENTREVISTA LIDERANÇA FEMININA

Entrevista N° _____

Data da Entrevista: ____ / ____ / ____	Data de Nascimento: ____ / ____ / ____
Sexo: () Feminino () Masculino	

- | |
|---|
| <p>1. O que você entende por empoderamento feminino?</p> <p>a) O processo pelo qual as mulheres ganham controle sobre suas vidas e aumentam sua autoestima.
b) A promoção de igualdade salarial entre homens e mulheres.
c) A conquista de posições de poder nas empresas e na política.</p> |
| <p>2. Quais são os principais desafios que as mulheres enfrentam ao buscar empoderamento?</p> <p>a) O patriarcado estrutural presente na sociedade.
b) A falta de acesso à educação e qualificação profissional.
c) A falta de apoio e incentivo de outras mulheres.</p> |
| <p>3. Qual é o papel da liderança feminina no empoderamento das mulheres?</p> <p>a) Estimular outras mulheres a assumirem posições de liderança.
b) Criar políticas e programas que favoreçam a igualdade de gênero.
c) Ajudar outras mulheres a identificar e superar barreiras que as impedem de alcançar seu potencial.</p> |
| <p>4. Como o movimento ecofeminista pode agregar ao empoderamento feminino?</p> <p>a) Ao combater a exploração da natureza, o movimento ecofeminista também ajuda a combater a exploração das mulheres.
b) Ao promover uma abordagem mais holística e integrada da sustentabilidade, o movimento ecofeminista ajuda a promover uma abordagem mais abrangente do</p> |

empoderamento feminino.

c) Ao criar espaços de diálogo e colaboração entre mulheres e ativistas ambientais, o movimento ecofeminista ajuda a criar uma rede mais forte e unida de mulheres empoderadas.

5. Qual é a relação entre empoderamento feminino e sustentabilidade ambiental?

- a) O empoderamento feminino pode ajudar a promover práticas mais sustentáveis nas cooperativas e na sociedade em geral.
- b) A sustentabilidade ambiental pode ajudar a promover uma abordagem mais holística e integrada do empoderamento feminino.
- c) A falta de empoderamento feminino pode contribuir para a degradação ambiental, já que as mulheres frequentemente são as mais afetadas por questões ambientais.

6. Quais são as principais estratégias que a liderança feminina pode utilizar para promover o empoderamento feminino?

- a) Criar políticas e programas que promovam a igualdade de gênero.
- b) Estimular outras mulheres a assumirem posições de liderança.
- c) Ajudar outras mulheres a identificar e superar barreiras que as impedem de alcançar seu potencial.

7. Como as mulheres podem se unir e se apoiar mutuamente para alcançar o empoderamento?

- a) Criando redes de apoio e colaboração entre mulheres.
- b) Combatendo o individualismo e o egoísmo que muitas vezes prevalecem na sociedade.
- c) Promovendo uma cultura de solidariedade e empatia.

8. Como as empresas podem contribuir para o empoderamento feminino?

- a) Criando políticas e programas que promovam a igualdade de gênero.
- b) Oferecendo oportunidades de qualificação e desenvolvimento profissional para as mulheres.
- c) Promovendo uma cultura organizacional mais inclusiva e diversa.

9. Qual é o papel das políticas públicas no empoderamento feminino?

- a) Criar políticas e programas que promovam a igualdade de gênero.
- b) Promover a representação feminina na política e em outras esferas de poder, por meio de medidas como cotas de gênero para candidaturas políticas e incentivos para que as mulheres participem de processos de tomada de decisão.
- c) Criar espaços de diálogo e colaboração entre mulheres e outras organizações que lutam pela igualdade de gênero, promovendo uma rede mais forte e unida de mulheres empoderadas.

Observação: poderão ser acrescentadas ou reformuladas questões conforme o andamento da pesquisa, pois trata-se de um roteiro de entrevista semiestruturado.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS

ANEXO C - DRP (DIAGNÓSTICO RURAL PARTICIPATIVO)

FORÇAS:	OPORTUNIDADES:
FRAQUEZAS:	AMEAÇAS: